

ATA Nº 1/2023

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, no Auditório Municipal da Batalha, sito na Rua Infante D. Fernando, na Vila da Batalha, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal da Batalha, tendo estado presentes os Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais:-----

- Joaquim José Pereira Ruivo-----
- Alfredo Monteiro de Matos-----
- Armando Pedro Pinheiro Rosa-----
- Hugo Frederico Pedro Vicente-----
- Célia Maria Lopes dos Santos Murta Cadima-----
- Germano Santos Pragosa-----
- José Moreira Filipe-----
- Nuno Miguel Silva Santos-----
- Elsa Maria Martins Libânio-----
- Octávio Carvalho Vilaça-----
- Telmo Alexandre Henriques Ferreira-----
- Lina Isabel dos Santos Oliveira-----
- Carlos Alberto Monteiro dos Santos-----
- Válder Mendes Cardoso-----
- Eduardo Manuel Cardoso Marques Veiga-----
- Elodie Carreira Zeferino-----
- Arlindo Oliveira Silva Marques-----
- Ricardo António Matias Vala-----
- Fernando José Lopes de Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia da Batalha);-----
- António Fernando Martins de Sousa Lucas (Presidente da Junta de Freguesia de Reguengo do Fetal);-----
- Marco Alexandre Ribeiro Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de São Mamede);-----
- José Carlos dos Reis Ferraz (Presidente da Junta de Freguesia da Golpilheira).-----

**

- A senhora deputada municipal Catarina Alexandra da Cruz Bagagem solicitou a suspensão do seu mandato, pelo período de 6 (seis) meses pelo que, será substituída pelo senhor Vítor Manuel Monteiro Correia;-----
- O senhor deputado Fernando Miguel Rodrigues Marques, solicitou a sua substituição nesta Assembleia, pelo que foi substituído pelo senhor Frederico Manuel dos Santos Alfaro;-----
- O senhor deputado Francisco Manuel dos Santos Coutinho, solicitou a sua substituição nesta Assembleia, pelo que foi substituído pelo senhor José Armindo Monteiro de Matos.-----

**

Ao abrigo do disposto no artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, na sua redação atual, estiveram ainda presentes nesta sessão os seguintes membros da Câmara Municipal:-----

- Raul Miguel de Castro, Presidente da Câmara Municipal;-----

Handwritten signatures and initials in the top left corner.



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 2 de 37

- Carlos Agostinho da Costa Monteiro, Vice-Presidente da Câmara Municipal;-----
- Mónica Aguiar Louro Cardoso, Vereadora (a tempo inteiro);-----
- Maribela dos Santos Vieira, Vereadora;-----
- André Costa Loureiro, Vereador;-----
- Ana Rita André Costa e Silva Calmeiro, Vereadora;-----
- Nuno Augusto Silva Almeida, Vereador.-----

**

A Mesa desta sessão da Assembleia Municipal foi composta por:-----

- **Presidente:** Joaquim José Pereira Ruivo;-----
- **1º Secretário:** Elsa Maria Martins Libânio;-----
- **2º Secretário:** Germano Santos Pragosa.-----

**

Esteve presente na sessão a colaboradora da Câmara Municipal da Batalha, Maria Lúcia Mendes de Oliveira Moraes, Técnica Superior, designada para lavrar a ata.-----

**

----- **ABERTURA OFICIAL DA SESSÃO** -----

Pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal foi a sessão declarada aberta eram vinte horas e quarenta minutos.-----

Dirigidos os cumprimentos iniciais a todos os presentes na sala, bem como ao público que acompanha a reunião on-line, foi solicitado de seguida ao público presente que desejasse intervir nesta reunião, que fizesse a sua inscrição em folha própria, junto do secretariado da Assembleia.-----

Informou de seguida que o senhor deputado Vítor Correia, da Bancada do PSD, substituirá a senhora deputada Catarina Bagagem que pediu suspensão de mandato pelo período de 6 meses.-----

Que, o senhor deputado Frederico Alfaro, do PPD/PSD substituirá o senhor deputado Fernando Marques e que o senhor deputado Francisco Coutinho do CDS será substituído pelo senhor deputado José Armindo Matos.-----

**

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APROVAÇÃO DE ATA:** -----

Para votação da Assembleia, foi presente a ata n.º 6/2022 da sessão de 13 de dezembro de 2022, cuja leitura foi dispensada atendendo a que previamente foi enviada uma cópia a todos os membros desta Assembleia, tendo a **Assembleia Municipal, por unanimidade, aprovado a sua redação final.** -- De referir que, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua redação atual, não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita.-----

**

Seguidamente, o senhor Presidente da Assembleia, deu conhecimento da apresentação de um requerimento de voto de congratulação e um voto de pesar e ainda três recomendações. ----- Posto isto, o senhor **Presidente da Assembleia** apresentou para apreciação e discussão da Assembleia, as seguintes recomendações, que se transcrevem:-----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 3 de 37

Requerimento apresentado pela bancada do PSD, que se transcreve:-----
«nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 14º do Regimento da Assembleia Municipal da Batalha, venho por este meio, solicitar um tempo adicional para o debate do tema “Construção da Creche da Batalha” na presente sessão plenária. Este tema é de grande importância para a comunidade da Batalha, tendo em conta a falta de ofertas de creches no concelho em relação à procura e o atraso na conclusão das obras da creche em questão. É fundamental que os membros da Assembleia Municipal tenham tempo suficiente para debater o assunto de forma aprofundada e buscar soluções para este problema. Desta forma, peço que seja concedido um tempo adicional para a discussão do tema, a fim de garantir que os interesses dos cidadãos da Batalha sejam atendidos de forma adequada e efetiva»
Após a apresentação deste requerimento, o Senhor Presidente da Assembleia, colocou este requerimento à apreciação da Assembleia e questionou se alguém queria tomar a palavra, relativamente ao assunto. -----

Tomou a palavra o senhor deputado municipal **Alfredo de Matos** que após cumprimentar todos os presentes, esclareceu: “A nossa intenção é sabendo das limitações do tempo deste período antes da ordem do dia e como gostaríamos realmente que ele fosse debatido com alguma profundidade e com alguma participação de todos os deputados, gostaríamos que a discussão deste ponto não entrasse na contagem do período de 60 minutos do período antes da ordem do dia.”-----

O senhor Presidente da Assembleia, anuindo ao pedido, propôs quinze minutos para debate do tema, porposta que foi aprovada por **maioria, com 24 (vinte e quatro) votos a favor, 1 (um) voto contra.**-----

Votou contra o senhor deputado municipal Fernando Oliveira do BTMI.-----

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia**, apresentou para apreciação e discussão da Assembleia, um voto de pesar proposto pela bancada do deputado da Iniciativa Liberal que se transcreve:-----

-----“**Voto de pesar e de condolências a todos os cidadãos Turcos, Sírios e Ucranianos** ---
Em nome da Iniciativa Liberal da Batalha e acredito que também das restantes forças políticas aqui presentes na nossa Assembleia Municipal, queremos apresentar o nosso Voto de Pesar e Condolências a todos os cidadãos Turcos e Sírios, pelo momento trágico que estão a atravessar neste momento, causado pelo terramoto sofrido no passado dia seis de fevereiro de 2023. Queremos ainda, apresentar um voto de solidariedade para com o sacrificado povo ucraniano, que vive o horror da guerra já há um ano e que, infelizmente, não pode ainda vislumbrar um fim para o seu sacrifício. Relembramos que Portugal e particularmente a Batalha que, sempre foi e continuará a ser, um porto de abrigo para todos aqueles que procuram viver sobre os princípios da liberdade, paz e democracia. O nosso coração estará sempre com eles.»-----

Seguiu-se a votação do predito Voto de Pesar e Condolências, tendo este sido aprovado, por **unanimidade**, pelos presentes-----

O senhor **Presidente da Assembleia**, apresentou para apreciação e discussão da Assembleia, um Voto de Congratulação proposto pela bancada dos deputados eleitos pelo PSD que se transcreve:-----

-----“**Voto de Congratulação ao Instituto Politécnico de Leiria**-----

Guilherme
João



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 4 de 37

Os eleitos do PSD apresentam um Voto de Congratulação ao Instituto Politécnico de Leiria, na medida em que passa a poder atribuir o grau de Doutor. Esta possibilidade não é mais do que o reconhecimento da consciência do trabalho e da importância do conhecimento ao serviço da sociedade, no caso em particular, do Instituto Politécnico de Leiria. Assim, o Município da Batalha, enquanto parceiro do IPL, muito se orgulha de poder colaborar lado a lado com a instituição que acaba de alcançar mais um importante passo para o desenvolvimento económico e social da região». Seguiu-se a votação do predito Voto de Congratulação, tendo este sido aprovado, por unanimidade, pelos presentes -----

*No seguimento das Recomendações apresentadas pela Iniciativa Liberal, à mesa da Assembleia, o senhor **Presidente da Assembleia** solicitou ao senhor deputado Ricardo Vala, que apresentasse as mesmas. -----*

*Assim usou da palavra, o senhor deputado municipal **Ricardo Vala**, que após cumprimentar todos os presentes deu a conhecer a primeira recomendação: -----*

"Recomendação para Transportes Escolares: -----

No campo dos transportes escolares, existe um plano de transportes escolares definido pelo Município da Batalha. Neste plano está definido que o transporte escolar não abrange as crianças que residam a uma distância inferior a 4 km do seu Estabelecimento de Ensino. Considerando que: ----

1 - Existem várias crianças e jovens que se encontram nesta situação, ou seja, que residem até 3 km de distância do seu estabelecimento de ensino; -----

2 - A utilização de transportes coletivos é uma importante medida de mitigação e adaptação às alterações climáticas; -----

3 - O incentivo às crianças e jovens, no sentido da utilização dos transportes públicos é um investimento na mudança de hábitos de mobilidade para os futuros adultos, rumo a um Município mais sustentável; -----

4 - A utilização de transportes coletivos contribuirá para uma diminuição da utilização do automóvel particular e, consequentemente, se traduzirá numa melhoria do tráfego automóvel na zona dos estabelecimentos de ensino às horas de ponta (manhã, período de almoço e tarde); -----

5 - A utilização de transportes públicos irá ainda, conduzir a um ganho substancial de autonomia para estes jovens, bem como um alívio no esforço diário das respetivas famílias para garantir a deslocação de e para o estabelecimento de ensino; -----

6 - A rede de transportes públicos da Rodoviária Nacional atual, não responde à necessidade em questão; -----

7 - A alternativa à utilização dos transportes públicos é realizar o percurso a pé. E que, num raio de 3 km em redor dos principais Estabelecimentos de Ensino da Batalha, em muitos casos não há passeios, sinalização ou sequer iluminação, torna-se seguramente perigoso do ponto de vista da segurança rodoviária; -----

8. O desnível de relevo em redor da vila da Batalha impede também que muitas crianças realizem o percurso a pé. Assim, a representação da Iniciativa Liberal da Batalha propõe que a Assembleia Municipal delibere, na sua reunião de 27-02-2023, recomendar ao Município da Batalha: 1º O Município da Batalha proceda ao levantamento do número de alunos nesta situação. 2º O Município



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Guar
R *Luiz*

Página 5 de 37

da Batalha contemple no Plano de Transportes Escolares para o ano letivo de 2023/2024 a extensão do Transporte Escolar para as crianças residentes numa distância inferior a 4 km do seu Estabelecimento de Ensino. 3º Este transporte não tem que ser subsidiado a 100%, podendo ser em parte participado pelas famílias mediante a aquisição de um passe mensal.”-----

No uso da palavra, o senhor deputado municipal **Ricardo Vala**, passou a apresentar a segunda recomendação: -----

“Recomendação para colocação de barreiras físicas na Rua da Arrufeira, localidade da Faniqueira. --- Na ligação da Rua da Visitação à rua da Arrufeira, na localidade da Faniqueira, existem dois pontos onde existe um grave problema de segurança rodoviária. Considerando que: -----

1 - Na ligação entre a Rua da Visitação e a Rua da Arrufeira, verifica-se que as viaturas que circulam em ambos os sentidos saem reiteradamente da sua via de trânsito, pelo que se apresenta como um grave problema de segurança rodoviária, que pode gerar sérios danos à vida humana. -----

2 - Já na Rua da Arrufeira, desde o início da descida até ao final, verifica-se diariamente que as viaturas circulam em excesso de velocidade nesta via, apresentando-se também como um grave problema de segurança rodoviária, que pode gerar sérios danos à vida humana. -----

3. Já existe sinalização vertical e o efeito foi nulo. -----

4. Existe já um considerável parque habitacional nessa zona, com jovens famílias e menores de idade. Assim, a representação Municipal da Iniciativa Liberal da Batalha propõe que a Assembleia Municipal delibere, na sua reunião de 27-02-2023, recomendar ao Município da Batalha: 1º Em articulação com a Junta de Freguesia da Batalha e, se necessário, com as entidades legalmente responsáveis por esta área, seja elaborado um estudo e se proceda à implantação de barreiras físicas com vista à redução de velocidade nas referidas vias.” -----

Ainda no uso da palavra, o senhor deputado municipal **Ricardo Vala**, passou a apresentar a terceira recomendação:-----

“Recomendação para colocação de Passadeira e de Sinalização: -----

A vila da Batalha possui o espaço Parque de Eventos de Santa Maria da Vitória, que se encontra na proximidade do Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Esse Parque é dedicado ao lazer, desporto e eventos. O local é bastante atrativo e encontra-se muito frequentado, quer pelos Batalhenses e as suas famílias quer pelos turistas. O local está bem localizado e rodeado por diversos tipos de estabelecimentos comerciais. Existe um parque de estacionamento entre o Parque de Eventos e o Mosteiro da Batalha, cujo acesso automóvel é feito através da rua Nossa Sra. Do Caminho. Considerando: -----

1 - A possibilidade de haver atropelamentos de pessoas que atravessam a rua, próximo ao estabelecimento comercial “Batalha dos Sabores”, pessoas essas, vindo também de outras zonas da Batalha, atravessam até ao outro lado da rua junto ao estacionamento de deficientes ou em sentido inverso, existem passadeiras que se encontram bastante distantes e deslocalizadas deste local. -----

2 - Constata-se a saída de veículos em sentido contrário do parque de estacionamento junto ao Mosteiro da Batalha, virando de imediato à esquerda sem contornar a rotunda, visto que não existe qualquer sinalização de sentido de trânsito. -----

3 - Verifica-se a falta de sinalização de rotunda colocada na Rua Nossa Sra. do Caminho. -----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 6 de 37

Assim, a representação municipal da Iniciativa Liberal da Batalha propõe que a Assembleia Municipal deliberasse, na sua reunião de 27.02.2023: 1º A elaboração de um estudo para implantação de passarela naquele local que permite que os peões possam atravessar a rua em segurança. 2º A possibilidade de colocação de sentido obrigatório na entrada do Parque ou outro meio de sinalização para resolver a deficiente sinalização deste local. 3º A possibilidade de colocação de sinalética de rotunda, na rotunda colocada na rua Nossa Sra. Do Caminho".-----

Após a apresentação destas Recomendações, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou-as à votação, tendo a Assembleia Municipal aprovado as mesmas, por **unanimidade**.-----

De seguida, foram abertas as inscrições para que os senhores deputados municipais pudessem ainda intervir sobre outros assuntos antes do período da ordem do dia, tendo o senhor **Presidente da Assembleia** recomendado que os assuntos a apresentar fossem descritos de forma sucinta de modo a que o tempo estipulado para este período não fosse ultrapassado.-----

Seguiu-se a intervenção do senhor deputado **Armando Rosa**, que após cumprimentar todos os presentes, passou a apresentar a sua disposição que se transcreve: "Desde a última Assembleia, importa destacar vários acontecimentos ocorridos na nossa comunidade e eu no fim, concluirei com a apresentação de um Voto de Louvor também ao Rancho Folclórico Rosas do Lena, que depois farei chegar por escrito à mesa da Assembleia. Agora sobre os projetos em curso, o Movimento Independente sinaliza, nomeadamente, os seguintes:-----

- A ACER Batalha, a Associação da Comunidade Energia Renovável da Batalha constituída no mês passado, submeteu ao PRR uma candidatura com investimento total associado superior a meio milhão de euros, o qual comporta a realização de investimentos associados em estabelecer um sistema de produção e armazenamento de energia renovável e na instalação de painéis solares fotovoltaicos. Ora, nos tempos que enfrentamos com pesadíssimas faturas mensais, a confiança no trabalho que esta associação desenvolverá e que esperamos que vise garantir, nomeadamente, condições de modernidade, capacidade técnica resultantes da implantação de um sistema de produção e distribuição de energia, é elevada.-----

- O Centro de BTT da Batalha, Pia do Urso, está de volta como pioneiro centro de trail. A implementação do centro de BTT da Batalha Pia do Urso, como sabemos, se encontrava abandonado, uma falta de manutenção que implicou a perda de homologação por parte da Federação Portuguesa de Ciclismo se juntará também um dos primeiros centros de trail da região. É um marco de elevada importância. Destacamos ainda o facto, de os trabalhos de definição dos trilhos e das respetivas características técnicas do centro de trail serem executados em estreita colaboração com o Atlético Clube de São Mamede, que é uma Associação Desportiva do nosso concelho. Desenvolve um fantástico trabalho na nossa comunidade e que, ao mesmo tempo, junta ainda palmarés de excelência. Ora, a aposta do BTT turístico e no trail representam para o nosso concelho, por certo, uma relevante marca corrente na aposta no turismo de natureza e de aventura.-----

- O acordo para a Estratégia local de habitação aprovado no valor de 700.000€, no decurso da submissão pelo município da Estratégia Local de Habitação que decorre da apresentação de um documento que pretende a preconizar não só a resolução de situações de carência habitacional indignas, como também na promoção da inclusão e da coesão social, através da estratégia local de

Guilherme
R. Silva

habitação, pretende concretizar-se o reforço da oferta de habitação adequada às necessidades e perfis da população, promovendo o acesso universal a uma habitação digna, destacando-se a criação de respostas municipais habitacionais e a promoção de políticas de dinamização e adequação do mercado habitacional às necessidades da população. -----

Posto isto, o Movimento Independente entende ainda aqui destacar por diversos motivos, os temas seguintes: -----

Na última Assembleia Municipal, o Movimento Independente apresentou uma Recomendação sobre o funcionamento da Unidade de Saúde Familiar Condestável que engloba, como todos, saberão, os usualmente chamados Centros de Saúde da Batalha e os Polos de São Mamede e do Reguengo de Fetal, previa a urgente necessidade de melhoria do atendimento telefónico e ainda da abertura do Centro de Saúde da Batalha, pelo menos 30 minutos mais cedo, ao que atualmente se observa, de forma a diminuir o pesado ónus que as pessoas sofrem diariamente à espera, à chuva e ao frio, que o seu funcionamento que se inicie. Ora, passados dois meses desde a última Assembleia, importa, pois, que todos sejamos esclarecidos sobre o ponto de situação desta temática; -----

Value Ceramic, em janeiro observou-se uma declaração de insolvência e o encerramento da unidade industrial, provocando o desemprego de cerca de oitenta trabalhadores, por certo, na sua maioria da freguesia de São Mamede. Apesar de bem sabermos que legalmente não existem competências da Câmara Municipal para o que se verificou, mas face à situação que assola diversas famílias, é pretensão do Executivo desencadear algum programa de apoio, nomeadamente para os agregados familiares, cujos cônjuges ficaram sem trabalho em simultâneo? -----

Por exemplo, importa que isto possa ser esclarecido, ora desta situação em concreto, mas partindo de agora para o presente, todos observamos em geral um aumento elevadíssimo histórico das taxas de juro e da inflação com gravosas implicações do conhecimento público, com especial incidência nas famílias, implicou por parte da Câmara municipal, alguma reflexão e ponderação sobre a criação de um programa extraordinário de apoio a famílias mais vulneráveis, não esquecendo a população sénior, mas também agregados familiares com e sem crianças?; -----

Ainda, relativamente à freguesia de São Mamede e também do Reguengo de Fetal e tendo presente que já em 2019, portanto, no anterior mandato, a Altice anunciou investimentos ontem na região, tendo o senhor Presidente da Câmara Municipal em Assembleias anteriores, informado os presentes que existiriam desenvolvimentos em curso, consideramos importante, pois, e de elementar justiça para os nossos munícipes destas zonas que possa haver um esclarecimento não só sobre a cobertura em termos de internet e da fibra a instalar ou já instalada, mas também num primeiro momento de superior importância da cobertura de telefone móvel. Existem diversas localidades destas freguesias que apresentam taxas de cobertura primitivas e diria mais, indignas, sendo que, no ano 2023 e face ao serviço universal que deveria presentemente constituir uma realidade totalmente distinta para as pessoas e os munícipes em causa; -----

Partindo para as crianças e jovens, o Movimento Independente pretende citar a nova direção da Associação de Estudantes do Agrupamento de Escolas da Batalha, que tomou posse, deixando uma palavra para o mandato proveitoso em prol de todos os nossos alunos e daqui lançar o repto para através do senhor Presidente da Assembleia Municipal, poder ser convidada a Direção a estar

Handwritten signatures and initials in the top left corner.



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 8 de 37

presente numa próxima Assembleia e aqui connosco, partilhar todos os seus desejos, todas as suas preocupações, que por certo, são transversais à comunidade escolar;

Ora, cumpre-nos felicitar aqui quase a terminar, todos os envolvidos no regresso da comemoração do Carnaval deste ano, sublinhando a extraordinária envolvência, dinamismo de associações, escolas, instituições de vários tipos, pais, crianças, avós, jovens e menos jovens, que permitiram que o nosso Carnaval pudesse manter a sua traça original e o extraordinário fulgor de alegria, cores e diversão transversal a toda a população, numa fase da nossa história que nos continua a trazer desafios ainda mais complexos pela instabilidade decorrente da guerra e da economia;

Por último, na passagem dos 60 anos do aniversário do Rancho Folclórico Rosas do Lena, propomos um Voto de Louvor e Congratulação a ser votado por esta Assembleia, a este agrupamento e também ao Centro Recreativo da Regularia pelo trabalho de Excelência que várias gerações desenvolveram em prol da nossa cultura, não só do nosso concelho, mas também da nossa região, pela dinamização e pela preservação da nossa história e dos nossos costumes num encanto que não têm fim e que, passados 60 anos, desde que se apresentou pela primeira vez, o seu papel na comunidade e na representação pelo mundo fora, que faz do nosso concelho, algo fresco, atual e de importante sinalizar, tal como antes como agora. "

O senhor **Presidente da Assembleia**, na sequência da proposta apresentada pelos deputados municipais do Movimento Independente, de atribuição de um Voto de Louvor, dirigido ao Rancho Folclórico Rosas do Lena e ao Centro Recreativo da Rebolaria, colocou-os à votação, tendo a Assembleia Municipal aprovado os mesmos, por **unanimidade**.

De seguida usou da palavra a senhora deputada municipal **Elodie Zeferino** para questionar o senhor Presidente da Assembleia, se as apresentações dos pontos antes da ordem do dia já tinham começado.

Após esta interpelação o senhor **Presidente da Assembleia**, informou que sim, até porque, após a leitura da ATA, inicia-se o ponto antes da ordem do dia.

A senhora deputada **Elodie Zeferino**, referindo que ela nem os presentes tinham tido essa perceção questionou porque não se abriu o período para inscrições e ainda: *Porque é que nós chegamos sempre aqui em segundo lugar? Porque é que nós temos de ter sempre poder de síntese? E porque é que nós temos que chegar aqui com pontos concretos e com propostas concretas e porque é que o Movimento chega aqui com um resumo daquilo que aconteceu nos últimos meses, que no fundo está a substituir o trabalho do Senhor Presidente?"*

O senhor **Presidente da Assembleia**, deu conta à senhora deputada de que não responde pela participação dos grupos municipais e que no ponto antes da ordem do dia, todos têm alguma liberdade de participação nos temas que querem debater.

A senhora deputada **Elodie Zeferino**, respondeu: *"Ótimo, mas então que não seja sempre a mesma pessoa a falar"*. Referiu que se trata apenas de um comentário e que não é nenhum ataque contra ninguém e que *"só estamos a chamar a atenção porque queremos fazer as coisas como deve ser, todos queremos fazer as coisas como deve ser."*

Na sequência desta intervenção o senhor **Presidente da Assembleia** solicitou a todas as senhoras deputadas e senhores deputados, que evitassem intervenções repisando o mesmo tema e a mesma discussão, porque se perde tempo e acaba por ser uma discussão infrutífera.

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Retomou a palavra, a senhora deputada **Elodie Zeferino**, para formular duas questões em concreto: A primeira, relativa ao Pavilhão de São Mamede, afirmando que sobre este assunto ainda não exista nada em concreto e que as obras se encontram paradas há mais de um ano, devido a uma possível ampliação do Pavilhão, aparentemente de 199 lugares para 750 lugares. Questionou qual era a previsão de recomeço das obras, qual a data prevista de conclusão dessas obras e qual o montante a que vai ascender as obras. A segunda, sobre o tema das piscinas, especificamente sobre o caso dos professores de natação, assunto já abordado em Assembleias anteriores: *“Sabemos que há um processo em tribunal que estava a decorrer; gostaríamos de saber qual é o resultado desse processo entre os professores e o Município e, de certa forma, que custos é que foram envolvidos ou que serão envolvidos, não só nas possíveis indemnizações que estão associadas a este caso, mas também às próprias custas judiciais.”* -----

Seguiu-se a intervenção do senhor deputado municipal **Válter Cardoso** que após cumprimentar todos os presentes, e na sequência da sua intervenção na anterior reunião, questionou o executivo sobre o ponto de situação de intervenção nessas escolas, quando é que as essas intervenções iriam acontecer.” -----

Usou de seguida a palavra o senhor deputado municipal **Vítor Correia** que após cumprimentar todos os presentes, e na sequência de uma intervenção do PSD na Assembleia de 3 de dezembro, achando estranho que o orçamento da Batalha não tinha medidas quase nenhuma de combate à inflação e apoio às famílias, inclusive, mostrando na altura que o orçamento para este ano, num orçamento feito pelo Movimento a Batalha é de Todos, traz uma redução de cerca de 400.000€ para aquilo que é a rubrica da ação social. Relembrou ainda que na altura nem sequer foi aprovado a proposta do PSD para não se fazer aumentos do tarifário da água para este ano. Disse: *“Passaram-se quase três meses desde dezembro e desde a nossa chamada de atenção. Nós vivemos num ano difícil de muito inflação, ano difícil para as famílias e para todos nós e eu, obviamente, fiz uma pequena comparação entre nós e aquilo que são os nossos Municípios vizinhos e para mim, bastou só fazer uma pesquisa muito rápida na Internet, para ver o que é que as outras Câmaras estão a fazer e para ver se a Batalha está ou não à frente ou atrás e para ver se a Batalha está a viver ou não uma realidade diferente daquilo que são os outros Municípios. Numa pesquisa muito rápida pela Internet, eu vejo o Município do Porto Mós em dezembro, anunciar um plano de saúde para todos, gratuito. Vejo o Município do Porto Mós em dezembro, aprovar o maior orçamento de sempre com destaque para as famílias e para as empresas. Depois tenho o Município de Leiria em janeiro, falar nos valores que investiram em ação social no ano passado e falam na aquisição de medicamentos, apoio nas rendas, acesso às creches, entre outras coisas. Depois de dar outros exemplos de apoios sociais noutros concelhos concluiu que relativamente à Câmara da Batalha e passados três meses, não se encontra nenhuma destas notícias com medidas de apoio, questionando-se quanto mais tempo se vai estar sem ter ações concretas e definitivas e decisivas naquilo que é a ação social e apoio às famílias para este ano.* -----

O senhor deputado municipal **Frederico Alfaro**, usou da palavra para cumprimentar todos os presentes. Começando por referir que em setembro de 2022, o PSD propôs a criação do Cartão de Saúde Municipal para todos os munícipes, tendo a proposta sido acolhida pelo Executivo na medida em que foi contemplada no orçamento 2023, questionou sobre qual o ponto de situação. Perguntou



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 10 de 37

ainda sobre os Julgados de Paz, referindo que numa entrevista ao Região de Leiria o Sr. Presidente da Câmara havia apontado o primeiro trimestre de 2023 para instalação dos Julgados de Paz. Disse: *"Todos nós sabemos que também nessa entrevista, disse que, considerava os custos de instalação dos Julgados de Paz excessivos para os cofres municipais. Sabemos também que, em novembro, os representantes dos Municípios abrangidos reuniram a discutir este assunto. Senhor Presidente, gostava que respondesse de uma forma clara e assertiva, qual é que é o custo do Julgado de Paz para o Município e atendendo a que estamos a um mês do final do primeiro trimestre, se vamos ou não ter Julgado de Paz na Batalha."* -----

Seguidamente usou da palavra a senhora deputada municipal **Célia Cadima** que após cumprimentar todos os presentes, esclareceu que a sua intervenção visava, em primeiro lugar, fazer um esclarecimento e a terminar ia solicitar outro esclarecimento. Disse: *"Tenho ouvido em anteriores sessões desta Assembleia, alguns deputados do PSD a tentarem colar os deputados do Movimento Independente Batalha é de Todos e o próprio Movimento ao PS. Saberão estes senhores deputados, o que significa o termo independente? Acredito que sim. Só posso imaginar algumas razões para isso: a contínua tentativa de nos vincularem a um partido. Pessoalmente, não conheço as inclinações políticas da generalidade dos meus colegas de bancada, acredito que sejam diversas, embora todas democráticas e todas defensoras do Estado de Direito. Esse conhecimento não foi essencial para a minha adesão ao Movimento, pois aquilo que juntou pessoas tão diferentes não foi um partido político, foram ideias, foi um projeto em que acreditamos. Não é que eu pessoalmente tenha algo contra o P.S ou PSD, ou qualquer outro partido Democrático e respeitador do Estado de Direito, porém, há que repor a verdade, o Movimento Independente, a Batalha é de Todos, não é um braço de qualquer partido político integrando independentes, o Movimento Independente a Batalha é de Todos é ele mesmo independente. Volto a frisar, porém que, qualquer partido defensor da constituição, da dignidade humana e dos valores democráticos do Estado de Direito merece a minha consideração e apreço, sejam eles de direita, de esquerda ou do centro, todos contribuem para o debate de ideias, para a diversidade enriquecedora que existe em democracia. Em democracia, os membros dos partidos da oposição não são meus inimigos, todos compartilhamos a mesma casa e acredito que todos queremos contribuir para que esta seja o melhor possível para nós, para os nossos filhos e para os nossos netos. Acredito, pois, na competição, mas não me revejo no conflito. A competição leal é saudável, o conflito, enfim, estamos a assistir no presente como no passado, onde nos pode conduzir, à destruição de toda a espécie humana. Os partidos políticos são essenciais, são a base da democracia, mas porque os humanos têm ideias e sensibilidades diferentes, podemos nem sempre concordar, mas o debate civilizado e honesto é rico e enriquecedor. É nele que se funda o nosso sistema, aquele que pôs termo ao regime de partido único, intolerante perante a diferença e essa é uma experiência que eu pessoalmente, não quero repetir. Depois dela nada de bom pode surgir".* Solicitou de seguida um pedido de esclarecimento ao senhor Presidente da Câmara, relativamente à situação atual da Casa da Obra e do esperado protocolo com o IPL. -----

Tomou a palavra o senhor deputado municipal **Eduardo Veiga** que após cumprimentar todos os presentes, começou por felicitar o executivo municipal, por terem continuado com algumas das medidas de apoio à população e às atividades económicas, tais como a ausência de pagamentos de taxas de estacionamento algo que já tinha referido como sendo um sinal positivo para os munícipes,



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Geny
R. Dias

Página 11 de 37

embora falte muito mais. Referiu: *“De salientar também como nota positiva, mais ou menos o anúncio de retomar as obras do novo Pavilhão de São Mamede, apesar de não sabermos que lotação vai ter e quanto vai custar. Pena não se ter tomado as mesmas iniciativas e risco para as obras da Creche Municipal, obra essa que está parada há bem mais de um ano. Constatei com agrado futuros projetos para a construção do Centro de Saúde e do novo Pavilhão Desportivo da Batalha. Se é importante olhar para o futuro também o é continuar a olhar para o presente. Constatámos que as medidas ainda hoje aqui referidas pelos deputados do Movimento Independente, Batalha é de Todos, não se estão a revelar suficientes para resolver o problema dos utentes que esperam na rua até à abertura do Centro de Saúde, meia hora não é suficiente. O Chega sugere como reforço dessas medidas, a contratação em regime de part-time de um funcionário que abra o Centro de Saúde pelas 7:00H da manhã, hora que normalmente as pessoas lá estão e também preste auxílio no primeiro contacto com os utentes, como já ao que parece, acontece na própria Câmara, permitindo assim que os utentes aguardem de uma forma mais confortável, especialmente idosos e pessoas com dificuldade de locomoção, mantendo o foco no presente e de forma a ajudar a colmatar o défice de horas em recintos fechados para a prática desportiva na Batalha. Sugerimos à Câmara, fechar as restantes fachadas no pavilhão anexo, ao Gimnodesportivo, oferecendo melhores condições aos jovens atletas, mantendo o registo de trazer a esta Assembleia questões e dúvidas levantadas por munícipes. Gostávamos de ver respondido pelo executivo, as seguintes questões: estão a acompanhar a evolução do problema da bactéria Xylella fastidiosa, detetada em Leiria? Que medidas estão a ser tomadas para detetar e prevenir a infeção nosso concelho e o que está a ser considerado para o seu combate? São questões importantes, dado o impacto económico e ambiental que esta bactéria poderá causar no nosso concelho.”* -----

Seguidamente, usou da palavra o senhor deputado municipal **Ricardo Vala** que após cumprimentar todos os presentes, reparou que as questões aqui levantadas comungam dos sentimentos de toda a gente, são as mesmas preocupações e os mesmos problemas, de entre eles destacando-se a questão da Creche e da Casa da Obra: *“Sabemos que é um dossier difícil, mas eu gostaria que o executivo nos informasse em que processo se encontra esta Casa da Obra, ou se vamos ter protocolo assinado pelo IPL ou não? E se não tivermos o protocolo com o IPL, qual é o plano B, que o Executivo tem para essa obra? Outra questão é a seguinte: Eu quero acreditar que não existem batalhenses de primeira nem de segunda, mas confesso que, às vezes parece que sim! E digo isto em relação, por exemplo, à localidade de São Mamede que tem a infelicidade, de ser a localidade mais distante da Batalha. Esta localidade está há um ano e quatro meses a ser prejudicada pelas morosas decisões do executivo camarário em relação a infraestruturas paradas, com meios de comunicação obsoletos e sem cobertura total de saneamento básico. A população de São Mamede continua sem saber o motivo pelo qual de à um ano e quatro meses, o Pavilhão Desportivo ainda está parado, sem qualquer tomada de decisão. Este executivo deu a entender que queria alterar o projeto no sentido de ter maior capacidade, mas isso implicaria deitar fora quase na íntegra o dinheiro que já foi gasto até ao momento, já que a estrutura existente teria que ser substituída. Pergunto se é o caso? E como é que irão os contribuintes ser ressarcidos deste prejuízo? Não sendo este o caso, não se percebe porque é que sendo um projeto camarário e que não depende de terceiros, o porquê de estar tanto tempo parado. O tempo de espera já excedeu o período razoável de tomada de decisão, até porque, em*



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 12 de 37

existência de uma decisão ou se a este projeto impede o avanço de outros projetos nas imediações do pavilhão como por exemplo, no mercado, ou enquadramento dos arruamentos da zona. Alunos e atletas estão privados daquele espaço, obrigados a exercer a sua atividade física e desportiva em concelhos vizinhos, algumas atividades exercidas numa sala da Junta de Freguesia ou ainda num barracão adaptado. Isto não faz qualquer sentido. Será que estamos a assistir a um empurrar com a barriga até as próximas eleições? Ou será, o seu futuro o mesmo que dado ao Pavilhão da Torre? Em relação a esta freguesia e em sessões anteriores, fomos informados que iria ser assinado um protocolo com a MEO para assistência de uma cobertura de Internet em São Mamede, mas isto ainda não foi possível registar estas melhorias. Afinal, para ponto de situação, quando é que a Junta de Freguesia de São Mamede, vai ter essa cobertura de rede e também uma internet digna do século XXI. Este assunto é mais importante do que pode parecer à partida, eu peço ao Executivo que dedique a este assunto a sua atenção que merece. É difícil perceber que em Portugal, que faz parte da comunidade europeia e está no século XXI continuar a haver pessoas que tem uma internet ao nível de um país do terceiro mundo. No nosso concelho, as populações de hoje têm exigências e obrigações de vida pessoal e profissional que antes não tinham, neste momento, as exigências são outras, as próprias crianças e jovens precisam de internet para assistir às aulas e para realizarem os seus TPC, por outro lado, para muitas pessoas e pequenas empresas, a internet é o seu meio de subsistência. É um critério que pesa na decisão entre residir em São Mamede ou em concelhos vizinhos, devemos preocupar-nos com a perda de habitantes e a falta de captação de residentes, pois sem residentes o concelho morre, estamos a desperdiçar um território com condições excecionais, bafejado pela natureza e com a vantagem de estar próximo de Fátima e da Batalha.”

Usou da palavra o senhor deputado municipal **Arlindo Marques** que após cumprimentar todos os presentes, disse: “Inicialmente tinha uma visão muito simplista de uma Assembleia Municipal; hoje deparo-me com uma realidade bem diferente e com uma grande importância. Acho que todos os deputados das diversas bancadas, com opinião constante e sobre determinados assuntos e, na verdade, não conseguimos retirar o verdadeiro sumo destas intervenções. À primeira vista, existe a sensação de que não estamos preparados, ou mesmo que nós não estamos ao corrente daquilo que se passa no nosso concelho. Será que não devíamos ter outro tipo de preparação, será que aqueles que nos elegeram não merecem mais e melhor? Se é que é mais fácil dizer que tudo está mal, quando não se consegue apresentar uma solução para o problema? Todos temos o direito de não concordar com este ou aquele projeto, mas seria bem melhor se se apresentasse uma solução alternativa para cada problema. Honestamente, acho que na nossa Assembleia deve-se ter sempre mais e melhor representatividade, mas deve haver, obrigatoriamente, mais e maior qualidade e, acima de tudo, uma Assembleia virada para o progresso do nosso concelho. Tenho visionado nas redes sociais algumas Assembleias Municipais do nosso país, entre as quais destaco Águeda, Vila do Conde e Vila Franca de Xira e nestas assembleias é notório o bom nível de participação; toda a qualidade de intervenção é digna de registo, impera o respeito público, o respeito pela liberdade, prevalecendo a ideia de que todas as intervenções são válidas e pertinentes. Portanto, a solução importante dos casos, devem seguir os seus tramites, deve imperar a proatividade, assente em ideias em que o interesse público seja engrandecido. É assim que apelo para uma Assembleia com deputados devidamente comprometidos com as realidades atuais, empenhados no interesse público, com um

João
di

compromisso e alinhamento na estratégia previamente definida. Desta forma, teremos um concelho diferente, ganharia toda a comunidade e por consequente o grau de satisfação dos Municípes seria outro.”-----

O senhor deputado **Alfredo de Matos** usou da palavra para cumprimentar uma vez mais todos os presentes e expor o seguinte lamento/protesto: “Senhor Presidente, o que me traz aqui hoje são dois assuntos: um é um lamento e o outro é um protesto. Eu vou começar pelo lamento: trata-se de lamentar a forma como este Executivo tem tratado aquilo que para mim era um orgulho, para além do mais uma obra de arte e que chegou a orgulhar-nos como Batalhenses, que é o jardim vertical na frente do Mosteiro. Aquilo hoje é uma vergonha, só faltou o burro, porque palha, é já uma fatura. É uma vergonha olharmos para aquilo e vermos a forma como aquilo estava há um ano ou ano e meio, o que aquilo foi e o que lá encontramos hoje! Está ali muito dinheiro gasto. Nós podemos e deveríamos ser acusados de má gestão por deixar transformar aquilo que era um orgulho para os batalhenses, porque eu fui interpelado por várias pessoas de outras localidades em que nos davam os parabéns pela forma como conseguimos transformar aquilo, que era uma necessidade de criar uma barreira de proteção para o Mosteiro, quer proteção acústica, quer proteção de poluição, da forma como conseguimos transformar aquilo numa bonita moldura para o Mosteiro. Porque quem passava naquela zona e olhava para o Mosteiro, tinha aquele apoio visual que estava realmente bastante bonito, que foi um trabalho muito bem conseguido. Foi um trabalho de arquitetos responsáveis, foi um trabalho feito com muita dedicação e com muito custo que se gastou ali muito dinheiro e eu não entendo e lamento a forma como os decisores atuais são capazes de deixar de chegar aquilo ao estado atual e não fazerem nada para resolver a situação que vai de mal a pior. E ainda estamos no inverno, portanto, chegando o verão, mesmo só um monte de palha que vamos ter ali! E que se calhar é o que merecemos. Por outro lado, eu gostaria de fazer um protesto e o meu protesto tem a ver com a forma como foi tratado o assunto que veio na sequência da moção apresentada pelo Movimento na última reunião, sobre o Centro de Saúde e que mereceu a unanimidade de todos os deputados. Na sequência dessa moção, principalmente o senhor Diretor do Centro de Saúde e o resto dos funcionários sentiram-se de certa forma atingidos e pediram ao senhor Presidente da Câmara para que juntasse um grupo de responsáveis pelo Município para terem uma reunião, dentro do Centro de Saúde, para poderem chegar a uma conclusão e arranjar até uma Comissão de Utentes, se essa fosse a melhor solução, provavelmente para que estivessem presentes nessa reunião os Órgãos Representativos do Concelho. Lamentavelmente, é esse o meu protesto: o senhor Presidente da Câmara abdicou da sua responsabilidade de representar, de marcar presença nessa reunião e, em vez de convidar os Órgãos Representativos do Concelho, limitou-se a convidar o Comité Consultivo do Movimento. Quem foi representar os munícipes da Batalha não foram os representantes eleitos, foi um Comité Central, o Comité Consultivo ou o que queiram chamar, que se apresentou para representar o Município nessa reunião. O meu protesto por isso. E gostaria realmente que o Senhor Presidente nos explicasse, porque é que não convocou os vereadores do PSD para essa reunião que tinham sido explicitamente convocados pelo senhor Diretor do Centro de Saúde? Não, não deu conhecimento. Para além do senhor Presidente da Assembleia Municipal, não deu conhecimento a mais ninguém da Assembleia Municipal. Era normal que os líderes das bancadas estivessem presentes numa reunião desse género e apenas deu o direito de representação dos munícipes, ou dos



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 14 de 37

órgãos municipais, ao Conselho consultivo do Movimento Batalha é de Todos. Não pondo em causa os bons ideais desse conceito, ele ainda não merece substituir todos os representantes da autarquia.” Usou da palavra o senhor deputado municipal **Hugo Vicente** que após cumprimentar todos os presentes, dirigiu um agradecimento especial ao senhor deputado Armando Rosa, “porque se eu estivesse a dormir desde há três meses atrás e hibernado, com a sua, digamos, a sua palestra, a sua liturgia aqui perante todos, fez com que eu me lembrasse que realmente a Batalha durante estes três meses é um sítio espetacular para se viver. Sem dúvida que é, mas ouvindo todos os colegas, percebe-se que realmente existe aqui muita coisa que não é sensata, que não é correta, que não está na envolvente correta de tudo aquilo que São as necessidades dos batalhenses e aí sim, é preciso nós olharmos para ela de forma correta e, agradecendo ao senhor Arlindo, também sendo pró-ativos, apresentando propostas concretas, tal qual o PSD faz e que, por muitas vezes, são escusas de resposta. E sim, estamos a ser sensatos, estamos a ser corretos, estamos a ser pró-ativos e, acima de tudo, a pensar nas pessoas da Batalha. Congratulo-me também por ver pessoas que não são de São Mamede, preocupadas com aquilo que é e o que se encontra neste momento, em São Mamede, nomeadamente os Pavilhões, nomeadamente a internet, nomeadamente todo o tipo de situações, não é aquilo que o Atlético fez há muitos anos atrás e que levou São Mamede ao mais alto gabarito daquilo que são trails nacionais, inclusivamente como a prova final do campeonato nacional realizado ali, e que por alguma situação, não teve apoios camarária”s. Continuou: “Fomos eleitos para que possamos esclarecer as pessoas muito bem! Duas questões apenas: e agradeço que respondam de forma sucinta, porque eu acho que já vamos aqui com muitas questões e vamos entrar aqui num “qui pro quo” em que o Senhor Presidente se vai esquecer de metade das questões que estão a ser apresentadas. Sabendo que decidiram nomear novos Chefes de Divisão para a quase totalidade das Divisões, gostaríamos de saber se nessas mudanças houve lugar ao pagamento de indemnizações e se sim, qual o valor que foi pago? Relativamente à alteração do PDM, uma das grandes bandeiras eleitorais deste Movimento, pretendemos saber o ponto de situação e para quando se prevê a conclusão deste processo. Para além das expectativas dos munícipes relativamente a este assunto, há preocupação latente com a questão da licença atribuída pela DGEG e a exploração iniciar no Casal do Gaio zona das pedreiras históricas, em 2022, a CCDR concedeu-nos mais um ano de prorrogação da suspensão parcial do PDM na freguesia de Reguengo do Fetal. O tempo corre contra nós e, por isso, a importância da conclusão destes trabalhos do PDM.” -----

Usou da palavra o senhor deputado municipal **Nuno Santos** que cumprimentando todos os presentes, dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara, salientando que, “na última Assembleia do dia 13/12/2022, há mais de dois meses, questionei-o sobre os apoios ao Crescer Mais e às Bolsas de Estudo, ao que o Senhor Presidente, respondeu e passo a citar: “Os dois projetos referidos sofreram alterações ao regulamento, pelo que em breve as candidaturas serão apreciadas”. Senhor Presidente, já todos aqui relembramos e falamos das dificuldades que as famílias poderão estar a atravessar e dos tempos difíceis, principalmente para quem tem filhos. Senhor Presidente, passado mais de dois meses, os cálculos desses apoios já foram deferidos e aprovados? Para quando o pagamento desses apoios? Também gostava de colocar aqui uma questão relacionada com as escolas, que é a preocupação de alguns pais. Qual é a razão do Município não enviar mensalmente as faturas do ATL e dos almoços, acumulando vários meses, o que causa maior impacto nos orçamentos familiares?



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 15 de 37

Falta de pessoal ou falta de organização? E também gostaria de saber porque é que este ano houve mais famílias e também colocar esta questão: qual foi motivo de não haver o desfile de Carnaval para as escolas na sexta-feira.”-----

Seguidamente e após questionado pelo senhor **Presidente da Assembleia** se pretendia usar da palavra, interveio nesta sessão o senhor **Presidente da Câmara** iniciando a mesma com um cumprimento dirigido a todos os presentes, mencionando ainda que iria tentar responder a todas as questões e recomendações deixadas, seguindo o ritmo das mesmas, passando a dar nota de algumas respostas àquilo que aqui foi colocado. -----

Posto isto, e no seguimento do apresentado pelo senhor deputado Armando Rosa, o senhor Presidente da Câmara, deu conta de que algumas coisas foram se conseguindo fazer, “*está pendente uma reunião, curiosamente, ou por coincidência, é realizada amanhã com a nova Direção do Centro de Saúde para aferir da possibilidade de abrirem mais cedo. O contrato prevê a abertura das 8:00H às 20:00H, parece que não está a ser cumprido. Quanto ao despedimento de uma fábrica em São Mamede, a informação que temos é que o processo está a ser acompanhado pela Segurança Social e que uma das empresas irá tomar a posição de aval, e, portanto, à partida, poderá recuperar alguns daqueles recursos. Sobre a fibra net e isto serve para várias respostas, parece que a Câmara é que é responsável por não haver Net aqui ou acolá. Também não tem essa competência. O que a Câmara pode fazer, é pressão junto dos operadores, para aferir de quem é que pode ir, e aquilo que, por exemplo, aconteceu há dias com uma mensagem que mandaram, a dizer que instalaram a Internet em 650 habitações de São Mamede, naturalmente, o que eu fiz foi pedir esclarecimentos de onde é que isso foi feito para nós podermos apresentar publicamente essa situação.*” -----

Respondendo à senhora deputada Elodie Zeferino, sobre o Pavilhão de São Mamede, esclareceu que a arquitetura é da responsabilidade da Câmara, mas que as especialidades, não havendo capacidade técnica, houve a necessidade de adjudicar a mesma. “*O problema que se pôs é que a empresa que ficou a fazer essas especialidades, o último projeto especialidade foi o de estabilidade que era essencial para o procedimento, demorou nove meses. Não foram nove dias, nem nove semanas, foram nove meses e portanto, atrasou toda esta abordagem que temos que fazer para saber quanto é que vai custar a intervenção que se propõe fazer com plano B e depois decidir em conformidade. Portanto, a previsão do recomeço, enfim, penso que estamos perto de tomar decisões, temos que aguardar mais algumas semanas e isso, naturalmente, que assim que for possível, trataremos para anunciar essa situação, para se iniciar essas obras.*” -----

Quanto aos professores de natação, informou o senhor **Presidente da Câmara**, que do processo em tribunal decorreram indemnizações e custas judiciais, e que o senhor Vice-Presidente Carlos Monteiro, daria a devida resposta a esta parte. -----

Relativamente ao sugerido pelo senhor deputado Válder Cardoso, sobre a questão do melhoramento das escolas, informou haver um conjunto de escolas básicas em que está a ser ultimado o projeto para todas poderem ter alguns melhoramentos, nomeadamente de coberturas, de pisos e de outros situações. Informou ainda que «há um outro pacote que se está a tentar fazer de candidatura para a eficiência energética dessas mesmas escolas e nesses mesmos edifícios, não sabendo se se irá ter sucesso ou não, tendo que se aguardar pela decisão do Ministério.-----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 16 de 37

Respondendo ao senhor deputado Vítor Correia, “depois de ter, enfim, andando a ver a vizinhança, ocupado pelo que não se faz, algumas coisas escaparam, porque os Cabazes de Natal isso foi feito e foi feito pelo concelho todo. Depois o plano de “Saúde para Todos”, é que quanto há Lei não podemos fazer desta maneira e, portanto, não podemos cometer essa ilegalidade. Se outros o estão a fazer, assumam as respetivas responsabilidades. O Serviço Nacional de Saúde é aquele que responde às solicitações das pessoas, incluindo as crianças, e, portanto, dizem que nós não podemos estar a subscrever e a suportar os seguros correspondentes, planos de saúde para todas as crianças e para todas as famílias.” A mesma resposta foi dada também à interpelação efetuada pelo senhor deputado Frederico Alfaro relativamente à criação do Cartão de Saúde, seguindo-se a questão dos Julgados de Paz, ao que o senhor Presidente, aproveitou também para responder dizendo que “em 2018, houve uma reunião na CIM de Leiria, onde foi apresentada a possibilidade de os cinco Municípios do Litoral, Pombal, Leiria, Marinha Grande, Batalha e Porto de Mós, acolherem a rede do Julgado de Paz e na altura, houve uma pretensão, por quem estava à frente da Câmara da Batalha, que a Sede ficasse na Batalha. Houve um protocolo e até uma cerimónia a anunciar a abertura, depois nada fizeram também para que isso viesse a acontecer. Nas condições do Protocolo podemos considerar duas situações: uma, ter delegação e outra, ter a Sede. Para ter a Sede, o investimento que a Câmara tem que fazer, pelo apuramento que fizemos, custa 80.000€ e tem custos que nos anos seguintes se mantêm, não nesse montante, de material informático que a Câmara teria que comprar, e que é preciso comprar no seguinte, por exemplo, mas tem custos associados de comunicações, de despesas de deslocação, os vencimentos de um jurista e de um assistente técnico, um conjunto de situações, que dariam esse valor. Comuniquei à Secretaria de Estado no sentido de reverem os encargos que queriam passar para o Município e houve uma reunião em Lisboa com o Secretário de Estado que afirmou que se ia ver a situação e, passadas umas semanas, comunicou-nos por telefone que iria convidar os cinco Presidentes dos cinco Municípios para ver, uma vez que o Ministério não ia assumir alguns daqueles encargos, para ver quem é que podia compartilhar um montante de despesas daquilo que ia ser a Sede. Isto é: qual o papel da Sede? Vai ter de acolher todo o tipo de processos dos outros quatro municípios, também? Não só o próprio Município, mas também dos outros quatro e, portanto, acaba por pressionar com o trabalho, da própria estrutura. A delegação atende ou direciona pelo correio para a sede e dali depois é feita a tramitação do processo. E como até agora não houve qualquer desenvolvimento, até à semana passada não houve qualquer evolução disto, nós pusemos a questão: queremos ficar com a delegação sim, portanto ficamos com o serviço disponível no Concelho, que possivelmente ficará a trabalhar dentro do município, mas escusamos a ser a Sede. E o Concelho de Porto de Mós, desde que seja autorizada fazer obras no tribunal que está subaproveitado, está a ser equacionado instalar lá a Sede dos Julgados de Paz. Para quem está de fora, até parece que é uma grande coisa. A verdade é que alguns Municípios que são Sedes estão bem arrependidos de terem tomado essa atitude, porque efetivamente aquilo é um sorvedoiro de encargos para o município. As contrapartidas são mínimas, o serviço continua a ser deficiente e, portanto, isto não é o “el dorado” como se pensava e, sobre esta matéria, na próxima semana é um dos assuntos que será debatido em definitivo com o Secretário de Estado e, naturalmente, tudo aponta que ficaremos com a delegação. Portanto, ficamos com o serviço disponível para atendimento



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Guar
JA
du

Página 17 de 37

no Município da Batalha, naquilo que respeitar ao concelho da Batalha e a Sede ficará em Porto de Mós, se assim for aceite pela Secretaria de Estado.”-----

No que concerne à Casa da Obra, deu a conhecer que esta tem vindo a avançar, está na reta final, tem um problema complicado: - “*nós não podemos entregar aquilo sem haver um protocolo de contrapartidas da parte do Instituto Politécnico de Leiria. Estamos a violar a lei, se o fizermos. Estamos, enfim, a arranjar problemas e a verdade é que temos estado a pressionar o IPL para apresentar o protocolo; inclusivamente, nós já fizemos um, que submetemos a eles, porque, na verdade, a contrapartida não é de receber dinheiro. As contrapartidas são, por exemplo, criação do curso TESP para a faiança. Nós fizemos uma reunião inclusivamente para empresários do setor e são seis empresas, que para já estão disponíveis para colaborar e ter lá alunos para os receber na componente prática em contexto de trabalho, do próprio curso TESP. Vamos ver.*”-----

Relativamente às questões suscitadas pelo senhor deputado Eduardo Veiga, sobre São Mamede, transmitiu-lhe que “*a abertura às 7:00H da manhã, vejo alguma dificuldade nisto, porque quem dirige o Centro de Saúde, não quer. Obviamente, também, e basta só citar isto, o protocolo que esta Unidade Familiar tem, é para funcionar das 8:00H às 20:00; ora, às 8:00H não está lá ninguém. Abrem às 8:30H e ao final do dia nem faço a mínima ideia a que horas é que fecham. Portanto, o protocolo não está a ser cumprido. Amanhã vamos ter essa reunião com a nova responsável da USF. Entretanto, o anterior diretor vai-se aposentar e a nova diretora já tomou posse e, portanto, vamos ver quais são as hipóteses que nós temos para perceber horários, para perceber a história do quiosque, saber se a central telefónica já está a funcionar, situações que poderão ajudar a mitigar um pouco aquilo que tem sido as queixas das pessoas.*”-----

Quanto à questão da Bactéria Xylella Fastidiosa, informou que este é um problema da competência do Ministério da Saúde, referindo que não há informação sobre o assunto, mas que o mesmo será colocado em próxima reunião de Câmara. -----

Ao senhor deputado Ricardo Vala, sobre a questão do saneamento em São Mamede, informou que estão a ser feitos projetos para uma parte de São Mamede, não se sabendo ainda, se ficarão os projetos prontos para a fase da zona sudeste que custa qualquer coisa como seis milhões de euros, a concretizar-se. Informou ainda seis milhões é praticamente o total daquilo que cabe ao concelho da Batalha e, portanto, tem que se ver se vai fazer a obra também por fases, no seu entender a única solução possível. Naquela zona há 1800 pessoas que não têm saneamento sendo preciso fazer bem as contas, sendo um tema extremamente complicado *de decisão.* -----

Sobre o Pavilhão, informou já ter prestado o esclarecimento que era devido. -----

Do protocolo com a Vodafone, informou que não foi com esta operadora que se assinou o protocolo, mas sim com a Altice, e que quem tutela isto, quem de certa maneira, fiscaliza e entrega isto por lotes aos operadores é uma entidade chamada Anacom. Disse: “*Eu acho que as empresas que estão na zona sudeste já tem acesso à rede, o problema põe-se para as habitações e, portanto, palpita-me que não é negócio para as operadoras ou para aquela operadora poder fazer este tipo de trabalho. De qualquer maneira, vamos tentar perceber melhor essa situação das operadoras, eventualmente pedir uma reunião à Anacom para perceber se o calendário que foi anunciado o ano passado pela Anacom, afinal, se cumpre ou não se cumpre. Esse é o papel que podemos ter.*”-----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 18 de 37

Relativamente à crítica expressa pelo senhor deputado Arlindo Marques, dirigida "a toda a Assembleia e também ao Executivo da Câmara de forma indireta, porque estamos todos num processo político que nos envolve a todos, efetivamente, por vezes, falta a tal forma elevada de se poder apresentar ideias e desafios. Sabemos isso, já aqui várias vezes se ultrapassou a linha vermelha. Naturalmente que também eu defendo que deve haver elevação, cada um tem direito à diferença para expor as suas ideias e, por isso, se estiver interessado num conselho, em vez de passarem à crítica pura e dura, que haja aqui algum conforto para discutir, estarem disponíveis para discutir, para avaliar e para em conjunto se tomarem as melhores decisões. Devia ser assim, tenho esperança que isso possa vir a acontecer." -----

No tocante à intervenção nesta Assembleia do senhor deputado Alfredo Matos, sobre a temática do Jardim Vertical, o senhor Presidente referiu que esta barreira tinha por pressuposto mitigar a poluição sobre o Mosteiro e que ouviu por parte dos responsáveis do Ministério da Cultura que aquilo não estava a servir para nada, que estava a provocar mais poluição e só se poderia resolver esta questão, com o corte do trânsito de pesados, em frente ao Mosteiro, e que por isso, "foi sugerido que os pesados tivessem isenção de portagens na A19, para não terem que passar ali. Aí sim, os dados que se tem sobre o número de pesados que ali passam e veículos ligeiros, mas especialmente os pesados, são o principal foco de poluição sobre o Mosteiro". Informou ainda: "nós estamos a pensar numa outra alteração, com as chamadas flores silvestres, porque a própria poluição e, esqueceram-se disso, é que queimou aquilo tudo e portanto, neste contexto, espero que o Ministério da Cultura venha dizer o que se pode fazer ali, porque o alerta é permanente sobre o aumento da poluição sobre o Mosteiro. Está à vista de toda a gente. É um problema, enfim, grave e que terá que ser o Ministério da Cultura a pronunciar-se sobre esta matéria". -----

Sobre o assunto do Centro de Saúde, o senhor Presidente da Câmara lamentou não poder concordar com o senhor deputado Alfredo Matos, "não quer dizer que está a mentir. É não verdade. Eu não passei informação para ninguém. Pediram-me para eu estar presente numa reunião que eu disse que não podia, porque tinha um compromisso e uma cerimónia em Lisboa. Nem sequer lá fui, nem sei quem lá foi, nem sei quem é que foi convidado. É melhor perguntar a quem foi, à pessoa que andou a escrever para toda a gente para lá ir, se calhar é mais certo assim." -----

Respondendo ao senhor deputado Hugo Vicente, sobre os Chefes de Divisão, informou que "só houve uma chefia que deixou de ser Chefe de Divisão ainda com algum tempo a cumprir e um outro Chefe de Divisão que acabou o prazo da Comissão e, portanto, não foi renovada a comissão e houve um processo de indemnização". Informou ainda que sobre este assunto o senhor Vice-Presidente Carlos Monteiro, iria completar com mais esclarecimentos, indicando que o valor que se tem de indemnizar por via deste processo foi de 11.256€. -----

No que diz respeito às Pedreiras, informou que o processo está suspenso, que se está a pressionar para haver uma solução mais radical, tendo nsido a DGEG solicitada a emitir uma suspensão definitiva, única forma de resolver o assunto. -----

Sobre a questão apresentada pelo senhor deputado Nuno Santos, disse "é verdade que falámos do processo de pagamento Crescer Mais. Acontece que, entretanto, o novo programa não podia contemplar aquilo que não estava em vigor e, portanto, tivemos que voltar atrás. Está-se agora a



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 19 de 37

processar com base na antiga tabela. Penso que mais uma semana e proceder-se-á aos pagamentos."

Sobre as faturas de refeições, informou que o senhor Vice-Presidente Carlos Monteiro, logo prestaria esclarecimentos e que relativamente ao Carnaval, sobre o desfile das escolas na sexta-feira, tentou-se juntar tudo no domingo, para possibilitar uma melhor interação entre gerações."

Neste seguimento, sobre as faturas do ATL, o senhor Presidente informou que o senhor Vice-Presidente Carlos Monteiro, teria descoberto um problema, pedindo ao mesmo que esclarecesse sobre o assunto."

Usou da palavra o senhor Vice-Presidente da Câmara Carlos Monteiro, para prestar os devidos esclarecimentos, referindo que no domingo passado, foram surpreendidos com um Bug no sistema, tendo este disparado quando se estava a processar as faturas e emitido uma fatura de dois alunos para quase todos os pais, situação que foi de imediato reparada e enviadas as notificações. Informou que o processo das faturas se iniciou com um atraso de cerca de um mês e meio sensivelmente nas apreciações tendo sido feito o escalonamento para não acumular faturas de dois meses. Esclareceu que as sucessivas greves na educação, nos professores, interferiram também no planeamento das atividades e ações, sendo que obviamente estas greves têm tido impacto na componente letiva, sendo necessário criar medidas que, de alguma forma, minimizem a componente letiva. Relativamente à questão dos professores de natação, fez o ponto de situação dando conhecimento da componente da sentença. "Nós tínhamos abordado este assunto numa das Assembleias e achamos prudente esperar pela sentença; portanto, eu próprio fui ouvido em Tribunal. Efetivamente, nós mudámos a nossa decisão que foi tomada ao longo dos anos, e estes eram professores que vinham já alguns deles da Associação de Melhoramentos da Freguesia da Batalha. Depois transitaram para a empresa municipal, alguns deles continuaram em regime de contrato a termo, depois transitaram para o Município com a extinção da ISERBATALHA e na altura, os serviços técnicos solicitaram um parecer técnico à CCDR para saber como deviam tratar aqueles contratos a termo. Foi escudado num parecer emitido em 5-12-2018 que serviu o processo de base à transferência, no qual eles diziam que se interpunha as regras da Lei do Setor Empresarial Local e que os contratos que tivessem menos de um ano a termo, não podiam transitar. Entretanto, a sentença escudada numa sentença do tribunal de Justiça da União Europeia, que é de 13-06-2019, na qual reconheceram, que os contratos eram sem termo. Esse reconhecimento obrigou a um processo de reintegração desses trabalhadores. Quero dizer-vos que em boa medida foram já reintegrados três trabalhadores e há dois que não quiseram ser integrados. Relativamente aos que não estão a ser reintegrados, obviamente, há a questão do processo indemnizatório, no entanto, está a ser feito e esse cálculo vai ser ainda apreciado em tribunal. Esse cálculo tem também em vista aqui algumas componentes, em cada contrato da transição de contrato a termo, esses trabalhadores já receberam indemnizações por cada fim de contrato a termo e, portanto, vai ser feito um balanceamento entre aquilo que já receberam a título de transição de contrato a termo e segundo as componentes do subsídio de desemprego e, nós ainda não temos o apuramento final, a seu tempo, comunicaremos este apuramento final. E isso que vai ser agora resolvido. Os trabalhadores que aceitaram reintegração já estão reintegrados e agora estamos a lançar um concurso público para suprir o resto dos horários, concurso público para contrato de prestação de serviços, até ao final da época balnear das piscinas,



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 20 de 37

sendo que, num dos pontos da ordem de trabalhos de hoje, já tem a possibilidade de abrir os dois postos que não estavam inscritos no mapa de pessoal.”

Terminadas as intervenções do senhor Presidente da Câmara e do senhor Vice-Presidente, o senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor deputado Alfredo Matos, a pedido deste, para usar da palavra em defesa da honra, tendo este se dirigido ao senhor Presidente da Câmara para dizer que “não disse que eu estava a mentir, mas disse que eu estava a faltar à verdade, quando eu disse que ele tinha sido convocado para uma reunião no Centro de Saúde, eu tenho em minha posse, o email que foi enviado da Unidade de Saúde dirigido à Dra. Ana Esperança do Município da Batalha ou para o email geral do Município da Batalha, com conhecimento do senhor Raul Castro e do Sr. Joaquim Ruivo e este email determinava na penúltima frase, com, “agradeço a divulgação deste email aos autarcas, que selecionamos” que era, o senhor Presidente da Assembleia, o senhor Presidente da Câmara, os senhores vereadores da Câmara Municipal da Batalha, os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia da Batalha e o Senhor Presidente do Conselho Consultivo. Pelos vistos, apenas foi divulgado este email para o senhor Presidente da Assembleia Municipal e para o senhor Vice-Presidente que também estava, embora não fosse nessa qualidade, estava na qualidade de cidadão, mas esteve presente nessa reunião também, portanto, só para referir que eu não estou a faltar à verdade. Senhor Presidente, realmente não compareceu nessa reunião, delegou no Conselho Consultivo do Movimento Batalha é de Todos. E esse foi o meu protesto.”

Perante isto o senhor **Presidente da Assembleia**, informou o senhor deputado que tinha recebido o mail para participar na reunião na qualidade de Presidente da Assembleia perguntando-lhe se confirmava que quem tinha enviado o mail original teria sido o dr. João Paulo Simões, Diretor da USF, tendo o senhor deputado **Alfredo de Matos** confirmado esse envio.

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia**, informou que se iria passar, em cumprimento do do decidido pela Assmbelia, após requerimento do PSD, ao debate do tema “Construção da Creche da Batalha”, com o tempo máximo previsto de quinze minutos.

O senhor Deputado Vítor Correia, no uso da palavra referiu que a obra ficou parada a partir mais ou menos da tomada de posse deste executivo, dando conta uma notícia que a obra iria avançar e que iria estar concluída em três meses, ou seja, em abril de 2022. Disse: “Já se passou um ano, já se passaram, aliás, 17 meses desde que obra está parada, é mais um ano letivo sem creche. Se virem as fotos da creche veem que realmente a obra ainda está em tijolo, nem sequer a reboco. Mas eu faço uma pergunta e que é muito importante que se responda a essa pergunta de forma muito incisiva e assertiva, como também o meu colega referiu há pouco: o que é que está a ser feito para acabar a obra, porque já são dezassete meses de obra parada. E se houver alguma solução que necessite da nossa para ser ultrapassada, por favor, digam-nos. Mas este tema tem continuamente estado na prateleira e não é discutido e não se veem ações concretas para terminar a Creche e nós ficamos preocupados. Eu sei que o Senhor Presidente pode dizer que a culpa é do executivo anterior, a culpa é do passado, mas isso é um tique e nós temos que parar com esse tique, porque já lá vão dezassete meses de obra parada, a razão pela qual continua parada, obviamente é da gestão deste Executivo”. Perguntou quando é que a obra vai estar pronta e se irá estar pronta para este ano letivo, que começa em setembro.



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 21 de 37

Usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara**, respondendo que em “abono da verdade, quando nós entramos, a obra já estava parada há sete meses, por uma razão muito simples: aquele projeto não previa, o que agora é quase tema obrigatório, a eficiência energética e a partir daí, tivemos que adaptar o edifício para que este possa ter as medidas de eficiência energética e isto originou ainda outro problema. Quando se fez a candidatura ao PRR o que estava previsto ter na primeira fase, voltou para trás, porque não era só o problema de eficiência energética, como também de autonomização do terreno onde está a ser construído a Creche. Ou seja: aquilo que tem uma área de cedência, juntamente com passeios e com jardins e arruamentos e tinha de ser autonomizadas, esse trabalho não foi feito, por conseguinte, tivemos também de dar a volta a isto, inclusivamente até com a colaboração de alguém do PSD que também nos disse que se for preciso, vamos lá! porque é parte interessada também a construir-se mais um lote para precisamente adaptar a localização da Creche naquele lote. E isto andou aqui estes meses. Quando se suspendeu para fazer as alterações ao projeto, tendo em vista contemplar aquilo que é designado por Eficiência Energética, pediu-se ao empreiteiro que lá estava para apresentar proposta de valores e naqueles valores acrescentava mais cerca de 60.000€ de estaleiro, ou seja, quem lá estava, tinha estaleiro e estava a coberto do primeiro concurso, no plano de trabalhos a mais apresentou 60.000€. Nós fizemos reuniões, no sentido de que isto não faria nenhum sentido, não quiseram aceitar, demos prazo para ter a última palavra e a partir do momento em que mantiveram aquilo, nós fizemos um concurso aberto para quem quisesse concorrer para ocupar aquele tipo de obra e, naturalmente, se os valores eram muito mais baixos, era bom para fazer. Com isto tudo e de um conjunto de situações, enfim, um bocado ingratas que se foram passando, a verdade é que chegou o momento em que é preciso que a empresa que lá está tome duas atitudes que, conforme nos tinha dito ou efetivamente, era a Câmara que voltava atrás para aceitar a proposta, que estava posto fora de parte, fora de hipótese, ou então eles não se responsabilizavam pela parte que agora a nova empresa iria fazer. Também ninguém pediu isso, naturalmente. Tinha que haver responsabilidade para depois eles acabarem essa parte que lhes competia; isto levou aqui a alguma clivagem entre as duas empresas e, neste momento, a posição da Câmara é notificar as duas para avançarem com a obra. É possível fazer obra, sem interferir um com o outro para se arrumar com aquele processo da creche. Portanto, este é o ponto de situação.”-----
Seguiu-se a intervenção do senhor deputado **Vítor Correia**, que após cumprimentar todos os presentes colocou duas questões que se seguem: “A pergunta é se nestes 18 meses, enquanto a obra estava parada e estamos a resolver o problema do certificado energético, se o Senhor Presidente já pensou e nos consegue dizer em concreto, quantos lugares vai ter a Creche e qual é que vai ser o modelo de gestão da creche. Se vai contratar pessoas? Se não vai? Como é que está pensado o plano para operacionalizar a Creche?” -----

Voltou a intervir nesta Assembleia, o senhor **Presidente da Câmara** esclarecendo o senhor deputado que a capacidade da Creche é de 46 utentes e quanto à perspetiva de gestão ainda está por definir, tudo apontando a celeração de um protocolo com uma das Associações do concelho para fazer a gestão daquele espaço. Mais informou que a Câmara está impedida por lei de fazer um protocolo com a Segurança Social, tendo que ser equacionada uma solução que passa por fazer um protocolo com uma Associação, em condições a definir. Informou ainda que, neste contexto já foram abordadas duas IPSS da Vila da Batalha para agora se poder definir melhor em que termos é que se

Handwritten signatures and initials in the top left corner.



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 22 de 37

poderá fazer essa cedência para assumirem a gestão e, a partir daí, poderem fazer um protocolo com a Segurança Social.

Intervio de seguida, no seguimento deste tema, o senhor deputado **Alfredo de Matos**, assegurando que, *"segundo eu percebi, a obra vai arrancar com as duas empresas a trabalhar ao mesmo tempo, na mesma obra, e cada uma, assumindo a responsabilidade por aquilo que está a fazer, sendo que a sequência dos trabalhos implica sempre a dependência, uns dos outros. Senhor Presidente, isso não será complicado demais e será mesmo exequível? Eu vejo muita dificuldade. Aquilo é uma obra pública, as pessoas têm sempre tendência em fugir um bocadinho à responsabilidade. Quando alguma coisa corre mal, então, se houver hipótese de culpar o outro parceiro, eu não tenho dúvida nenhuma que é isso que vai acontecer; se alguma coisa correr mal em alguma delas, não ficaremos nós mais prejudicados do que se tivéssemos chegado a um acordo há uns meses, com o empreiteiro que já lá estava?"* Mais disse: *"Não é fácil encontrarmos obras públicas onde duas empresas concorram para partes distintas da mesma obra em que, no fundo, dependem uma da outra e ninguém vai assumir responsabilidades daquilo que a outra empresa faz. As duas competem precisamente no mesmo tipo de trabalhos. Não sei se não será altura de a Câmara pensar numa alternativa e tentar novamente juntar isto tudo numa só empresa, porque eu acho que dessa forma não vamos lá. Chegamos daqui a um ano, continuamos a não ter Creche e aquilo que sei, há falta de unidades desse género no nosso concelho."*

Perante isto, o senhor Presidente da Câmara, interveio, só para acrescentar que há problemas jurídicos de alguma complexidade, sendo que uma eventual rescisão da obra implicará depois uma indemnização razoável. Concluiu dizendo que se justifica nos termos do Código de Contratação, notificar os dois para avançar com a obra.

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor **Presidente da Assembleia** deu por terminado este período, uma vez que face ao regimento o tempo destinado ao mesmo já se encontrava concluído, tendo sido respeitadas as inscrições prévias efetuadas pelos senhores deputados municipais.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia** deu início ao período de intervenção do público, período para o qual a mesa recebeu uma inscrição.

Assim, deu início a este período a senhora **Diana Felgueiras**, residente no Reguengo do Fetal, cuja intervenção incidiu sobre "Comunicações Digitais no Município":

Intervenção da senhora Diana Felgueiras:

Começando por dizer que é importante esclarecer os desenvolvimentos que giram à volta da fibra ótica, mesmo ouvindo o Senhor Presidente da Câmara afirmou não ter ficado esclarecida, parecendo-lhe importante deixar algumas referências tanto para quem está presente na sessão como para quem está em casa assistir. Disse: *"nós no passado mês de julho do ano passado, fomos todos contemplados com a excelente notícia de que, na sequência de um protocolo, trocado entre o Município, a MEO e a Altice, 85% dos batalhenses seriam beneficiados com fibra ótica até ao final do ano. O que é certo é que o final do ano já passou, pelo menos na freguesia do Reguengo, não existem*

indícios muito evidentes de que estejam a ser construídas as infraestruturas que são necessários para assegurar essa fibra.-----

Neste sentido, a primeira questão que eu coloco aqui é se o Município já tomou alguma medida, no sentido de assegurar o cumprimento do protocolo que foi feito com a MEO.-----

Questiono também, porque ainda não vi esclarecido em lado nenhum dos 85% que estão contemplados no protocolo. Quais são os 15%? Ficarão excluídos? que zonas é que são? que freguesias a que pertencem?-----

São questões que eu gostaria de ver esclarecidas aqui. Também não espero que me respondam que estão à procura de outras alternativas junto de outras operadoras; espero também que a resposta não seja essa, porque, na verdade, a Anacom, como já se assegurou que estariam a ser desenvolvidas essas alternativas, para quem não tem conhecimento desta situação, ao mesmo tempo que o Município fazia este protocolo com a Altice e na sequência do regulamento, ele é de 1,5 G e todos os procedimentos que envolviam os direitos de utilização das frequências das comunicações eletrónicas. A Anacom impôs à Vodafone e à MEO obrigações de cobertura de 100 freguesias de baixa densidade, nas quais se incluem o Reguengo do Fetal e São Mamede, obrigações estas que implicam, na verdade, e muito simplificadaamente a disponibilização de um serviço de banda larga móvel com velocidade mínima de 100 megas a pelo menos 90% da população das freguesias do Reguengo do Fetal e de São Mamede. Isto a ser executado, no limite até ao próximo mês de julho de 2023, com uma particularidade muito peculiar, que é a disponibilização deste serviço na freguesia de São Mamede cabe à MEO e na freguesia do Reguengo cabe à Vodafone.” Especificou que “a primeira dúvida que me surge é se o protocolo com a MEO que deveria assegurar fibra ótica a 85% do Município e é à Vodafone que cabe, digamos, assegurar os serviços impostos pela Anacom na freguesia do Reguengo, se isto na prática, significa que é a freguesia do Reguengo que ficará de fora dos 85% estabelecidos no protocolo.-----

Também, coloco aqui uma segunda questão, que é a razão de ser da própria Anacom impor uma taxa de cobertura de 90% e o Município quando negoceia com a MEO, e atenção que isto são duas situações que decorrem ao mesmo tempo, negoceia uma taxa de cobertura de 85%. Portanto, não sei se será mais um protocolo que é mais uma mão cheia de nada ou se o não cumprimento dos protocolos e dos acordos assumidos deixou de ser a exceção para passar a ser a regra neste mandato.”-----

Finda a intervenção, o senhor **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** tendo este referido que já foi falado aqui nesta Assembleia que efetivamente houve essa notícia para os setores de baixa densidade que abrange, no caso do concelho da Batalha, o Reguengo do Fetal e São Mamede. Disse: “vão fazer não se sabe quantas intervenções; não se sabe se essa comunicação, que há dias enviaram da Vodafone, se tem alguma coisa a ver com isso. De qualquer maneira, pedimos para os mandarem. Afinal, onde é que andaram a montar a rede de fibra? É para nós também cuidarmos de saber se estão a cumprir com as determinações da Anacom ou não? Por outro lado, é bom que a gente saiba que quem decide, quem define as regiões ou os territórios a intervir é a própria Anacom. Portanto, quando nós acolhemos aqui a a Altice para fazer o protocolo foi porque soubemos que calhou à Altice aquele território.” Informou ainda que irão solicitar uma reunião com a Anacom para se perceber o que é que está a acontecer. -----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 24 de 37

Terminadas as inscrições do público, o senhor Presidente da Assembleia deu por terminado este período.-----

----- ** -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

Passou-se, de seguida, à análise dos pontos abaixo designados, constantes da Ordem de Trabalhos: --

Ponto 1 - Apreciar a informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos e para os efeitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual; -----

Ponto 2 – Tomar conhecimento da Modificação ao Orçamento da receita nº 48/2022 - Subvenção Adicional Específica do FSM no ano de 2022, nos termos do artigo 103.º da Lei do Orçamento de Estado para 2022, em conjugação com o artigo 2.º da Lei nº 21/2022, de 18 de novembro, em cumprimento do preceituado no ponto 7) da nota informativa da DGAL emitida em 18 de novembro de 2022; -----

Ponto 3 – Tomar conhecimento das declarações de compromissos plurianuais assumidos e pagamentos em atraso, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, e alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, respetivamente: -----

- Declaração de compromissos plurianuais existentes em 31/12/2022; -----

- Declaração de pagamentos em atraso existentes a 31/12/2022; -----

- Declaração de recebimentos em atraso existentes a 31/12/2022. -----

Ponto 4 – Apreciar e deliberar sobre a aprovação do Mapa – Demonstração de Desempenho Orçamental - Integração do Saldo de Execução Orçamental e a proposta de Revisão Orçamental n.º 1/2023, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º em conjugação com o estatuído nas alíneas c) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual; -----

Ponto 5 - Apreciar e deliberar sobre a Revisão nº 1 /2023 do mapa de Pessoal nos termos do disposto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, em conjugação com o disposto na alínea o) do nº 1 do artigo 25º do citado diploma na sua redação atual; -----

Ponto 6 – Apreciar e deliberar sobre a proposta do Código de Conduta do Município da Batalha, nos termos do disposto nas alíneas k) e ccc) do nº 1 do artigo 33º, e alínea g) do nº 1 do artigo 25º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, uma vez que a presente proposta pretende revogar e substituir o instrumento aprovado por aquele órgão deliberativo na sua sessão de 20/02/2020; -----

Ponto 7 – Apreciar e deliberar sobre a afetação para o domínio público municipal da área de 93,55m2, necessária ao prolongamento da Rua dos Casais de Baixo, sito no lugar de Garruchas, Freguesia do Reguengo do Fetal, nos termos do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, em articulação com o estatuído no artigo 16.º do Regime Jurídico do Património Imobiliário Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, ambos os diplomas legais na sua redação vigente. -----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 25 de 37

Ponto 8 - Apreciar e deliberar sobre a prorrogação de prazo, até 3 de abril de 2023, para a concretização das competências no domínio da Ação Social, nos termos do disposto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (na redação vigente), em articulação com o estatuído no Decreto-Lei n.º 87-B/2022, de 29 de dezembro.

Ponto 1

Apreciar a informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos e para os efeitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual

A pedido do senhor Presidente da Assembleia usou da palavra o senhor Presidente da Câmara referindo que em virtude de ter sido disponibilizada atempadamente esta informação se encontra, disponível para prestar os esclarecimentos que os senhores deputados entenderem.

Interveio a senhora deputada **Elodie Zeferino**, referindo que relativamente à informação que foi partilhada, quando estavam a analisar as respetivas peças, queria *destacar a que tem a ver com a demonstração dos fluxos de caixa, nos períodos de 2022-2021, portanto, a 31 de dezembro, referindo que “o que saltou à vista e que gostariam simplesmente de obter alguns esclarecimentos possíveis, a diferença no fundo de Caixa e seus equivalentes no fim do período é relativamente ao ano anterior 2021, em 2021 terminamos com 985.000€ e 2022 com cerca de 2.000.006.”* Dizendo acreditar que esta diferença tem a ver com as rubricas de pagamentos ao pessoal, manifestou curiosidade para perceber esta diferença de praticamente dois milhões de pagamentos ao pessoal entre 2021 e 2022. Também por outro lado, referiu que há uma rubrica de outros pagamentos que têm cerca de três milhões, ao passo que em 2021, apresentava cerca de 366.000€. Salientou que a diferença é bastante acentuada, tendo certamente uma explicação.

Após agradecer a intervenção da senhora deputada, o senhor **Presidente da Assembleia**, concedeu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que solicitou autorização para que o senhor Vice-Presidente Carlos Monteiro interviesse relativamente a este ponto.

Posto isto, usou da palavra o senhor Vice-Presidente Carlos Monteiro mencionando que *“estamos então no ponto da informação financeira e efetivamente, as alterações, as mutações que ocorreram nos fluxos de caixa e os indicadores de endividamento têm mutações significativas. Nós tivemos efetivamente aqui receitas, como sabem, há uma vertente também de uma receita extraordinária, tem a ver com a alienação de terrenos e, portanto, pelo lado da receita e obviamente que em todo o processo não houve um crescimento significativo na estrutura de recursos humanos, face ao período homólogo do ano anterior, se estivermos a falar por um lado da despesa; mas houve efetivamente a condução de todo o processo de atualizações que decorreram de componentes legislativas. Por outro lado, queria-vos dizer que a situação económico-financeira da Câmara Municipal está robustecida nesta data, portanto, elas globalmente estão equilibradas. Da afetação dos limites legais de endividamento municipal tem, neste momento, a 31 de dezembro, face aos limites que são impostos, cerca de 16,8 milhões de limite máximo da dívida total do município. Os indicadores de endividamento e fundos disponíveis espelham estas operações nas quais a dívida de curto prazo se*

Guio
Luiz



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 26 de 37

situa na ordem 773.000€, a dívida de empréstimo a médio e longo prazo, cerca de 1,9 milhões de euros. O fundo disponível terminou com 340.000€ sensivelmente e as dívidas não orçamentais, esses valores, são de 666.000€. Globalmente, essas mutações, como sabem, devem-se também ao agravamento de gastos, por força do incremento de preços globais. Todos sabem o período económico que temos vindo a viver e, designadamente, dos encargos de estrutura e de funcionamento. Sobre o ponto de vista da evolução dos custos com pessoal, registaram-se apenas variações nas remunerações, cerca de 150.000€, portanto, de um período para o outro. Elas têm efetivamente aqui nas remunerações certas e permanentes, uma variação de mais 57.000€ em relação ao período homólogo anterior. Abonos variáveis, 29.000€ e encargos da Segurança Social, esses sim, mais avultados cerca de quase 64.000€. Portanto, diríamos que resultam não por via do aumento gradual da estrutura de recursos humanos, mas por via das atualizações das bases salariais e dos abonos variáveis que não são controláveis, que muitas vezes - e vocês sabem que as autarquias têm custos acrescidos -, normalmente com os encargos de saúde e outros que tem que suportar. O equilíbrio orçamental está neste momento mais robusto, portanto, pauta-se por 1,7 milhões de euros, ou seja, a diferença entre a receita bruta cobrada e a despesa corrente e depois deduzidas as amortizações médias, o saldo global da tesouraria foi na ordem dos 2 milhões e as operações não orçamentais são as receitas consignadas a favor de terceiros de 606.000 euros. Concluiu haver um indicador que ainda não se conseguiu atingir, que é o de grau de execução orçamental da receita. Ela foi melhorada em cerca de 10 pontos percentuais em relação ao período homólogo do ano anterior, mas ainda não se conseguiu atingir. Está nos 82,64 por cento, quando a lei prevê os 85 e, portanto, ainda se está no mecanismo de averiguação proposto pela DGAL, que decorre da lei. -----

Interveio o senhor deputado **Eduardo Veiga**, colocando duas questões. A primeira: "Há mais de 500 dias, como já foi noticiado, no Região de Leiria, foram anunciadas duas auditorias, às contas da Câmara. Pergunto ao Senhor Presidente da Câmara em que pé é que está? Vai ser silenciada, não vai? Eu só queria saber. A segunda: "O ano passado foi invocado aqui como um caso de urgência o pedido pela Câmara do empréstimo de 1 milhão. Desculpe, de 1 milhão, não consegui descobrir se foi usado alguma coisa, se não foi? Quanto é que foi? Gostaria que me pudesse esclarecer se faz favor." - A pedido do senhor **Presidente da Assembleia**, usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara**, esclarecendo que sobre a auditoria a única que se conhece foi aquela que efetivamente foi feita a seu pedido. A outra, desconhece a sua existência, "foi anunciada que tinha sido feita, não conheço e, portanto, não posso me pronunciar sobre isso." Informou ainda, em relação à auditoria, que uma parte encontra-se concluída, faltando averiguar os encargos decorrentes de obras efetuadas sem qualquer procedimento e sem qualquer cobertura orçamental. "Internamente terá de se apurar responsabilidades, como é que isso aconteceu, para depois deliberamos em conjunto e trazer em primeira mão ao executivo municipal e depois à Assembleia para conhecimento." -----

Relativamente ao empréstimo, o senhor Presidente da Câmara informou que o mesmo não chegou a ser utilizado, porque, entretanto, houve uma venda de património da Câmara que acabou por suprir isso e, portanto, dispensando-se a sua utilização. -----

Neste seguimento, usou da palavra a senhora deputada **Elodie Zeferino**, para agradecer os indicadores apresentados e solicitou o envio por e-mail do pedido de explicação que "nós solicitámos quer ao nível dos pagamentos ao pessoal que estão bastante inferiores relativamente a 2022, mas



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 27 de 37

também na rubrica dos outros pagamentos que estão aqui cerca de 3 milhões num bolo que não sabemos efetivamente que outro tipo de pagamentos é que são, mas estamos disponíveis para o receber por email."-----

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento** da informação escrita prestada pelo Senhor Presidente da Câmara e remetida ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, com vista à apreciação por este órgão da atividade municipal desenvolvida pelo Executivo à data de fevereiro de 2023, bem como da situação financeira do Município reportada com base nos valores indicativos relativos ao período compreendido entre 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2022, cuja leitura foi dispensada, atendendo a que previamente foi enviada uma cópia a todos os membros desta Assembleia. ----

**

Ponto 2-----

Tomar conhecimento da Modificação ao Orçamento da receita nº 48/2022 - Subvenção Adicional Específica do FSM no ano de 2022, nos termos do artigo 103.º da Lei do Orçamento de Estado para 2022, em conjugação com o artigo 2.º da Lei nº 21/2022, de 18 de novembro, em cumprimento do preceituado no ponto 7) da nota informativa da DGAL emitida em 18 de novembro de 2022. -----
MGD n.º 863, de 28/12/2022-----

A pedido do senhor Presidente da Assembleia Municipal, usou da palavra o senhor Presidente da Câmara referindo que se trata, de uma subvenção adicional do Fundo Social Municipal no valor de 104 milhões, que a mesma tem que ser integrada no orçamento, onde se terá contrapartidas de encargos que estão presentes também na proposta e que não haveria assim matéria para acrescentar, é uma receita adicional. -----

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento** da Modificação ao Orçamento da receita nº 48/2022 - Subvenção Adicional Específica do FSM no ano de 2022, nos termos do artigo 103.º da Lei do Orçamento de Estado para 2022, em conjugação com o artigo 2.º da Lei nº 21/2022, de 18 de novembro, em cumprimento do preceituado no ponto 7) da nota informativa da DGAL emitida em 18 de novembro de 2022, previamente aprovada pelo Executivo Municipal em reunião de 2 de janeiro de 2023, através da Deliberação nº 2023/07/D.A.G.. -----

**

Ponto 3-----

Tomar conhecimento das declarações de compromissos plurianuais assumidos e pagamentos em atraso, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, e alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, respetivamente: -----

- Declaração de compromissos plurianuais existentes em 31/12/2022;-----

- Declaração de pagamentos em atraso existentes a 31/12/2022;-----

- Declaração de recebimentos em atraso existentes a 31/12/2022. -----

MGD n.º 55, de 25/01/2023-----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 28 de 37

A pedido do senhor Presidente da Assembleia Municipal, usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara**, referindo que de acordo com a Lei, *temos que apresentar na primeira Assembleia do ano a declaração de compromissos plurianuais à data, 31 de dezembro, pagamentos em atraso existentes a 31 de dezembro e também recebimentos em atraso à data de 31 de dezembro. Os mapas estão juntos à informação com a respetiva descrição de cada uma delas e, portanto, é a cumprir a lei nesta matéria.*-----

Usou da palavra o senhor deputado **Vítor Correia**, solicitando ao senhor Presidente da Assembleia a possibilidade de passar um Powerpoint, para de seguida falar sobre números.-----

O senhor **Presidente da Assembleia** sugeriu que de futuro comunicassem essa intenção, como fizeram da última vez, dada a existência de toda uma logística a preparar previamente.-----

No uso da palavra o senhor deputado **Vítor Correia** explicou começando por dizer: *"Este tema para nós, é um bocadinho importante, porque, tal como saiu num boletim Municipal da Batalha em agosto de 2022, também mesmo antes desta Assembleia, em abril de 2022, o Senhor Presidente usou o facto de ter herdado quase 9 milhões de euros de compromissos por pagar do executivo anterior e usa esse argumento também, como condicionante para a execução orçamental e cumprir orçamentos e fazer obra na Batalha, etc".*

Depois de referir que é necessário prestar esclarecimentos às pessoas, disse que as notícias que têm vindo a lume referem que os compromissos que existem por pagar são de 9 milhões de euros, que transitaram de 2021 para 2022. Salientou: *"são coisas que estão por pagar e não é essa a verdade e eu tenho que esclarecer as pessoas."* Referiu que após consulta do manual de procedimentos da Lei dos Compromissos dos pagamentos em atrasos da DGAL concluiu *"que os compromissos anuais e Plurianuais que o Senhor Presidente usa como uma razão para a dificuldade de execução orçamental e porque tem que pagar o que os outros deixaram, etc., é uma forma completamente errada. Um compromisso anual ou plurianual, não é uma dívida, não é desvio ao orçamento e não é falta de dinheiro para pagar contas. O que é uma coisa muito simples, que é uma métrica usada no dia a dia para se planear de alguma forma a tesouraria, isto é o que está aqui escrito no manual de procedimentos da DGAL, acerca do que é um compromisso anual ou plurianual que é basicamente, quando eu vou ter com uma entidade para encomendar alguma coisa eu, obviamente, tenho que registar esse compromisso, mas ainda nem sequer executei esse compromisso e nem sequer tenho faturas para pagar e muito menos é uma dívida, ou seja, não é nada! É só apenas, uma manifestação de compromisso para se poder planear a tesouraria, que é o que acontece nas nossas casas no dia a dia."* Continuou: *"Isto é importante esclarecer as pessoas porque tem-se usado este chavão dos compromissos anuais e plurianuais para dizer que foi uma coisa herdada e que há coisas para pagar, não podia estar mais do que errado. E o que eu não percebo é isto, que é: o senhor Presidente andou quase um ano a dizer que os compromissos plurianuais e anuais herdados do executivo anterior eram um problema que estavam em 9 milhões de euros e agora não sabe como é que há-de executar a obra ou fazer aquilo que tem que fazer, porque é só dificuldades. Mas fazer o que tem que fazer é o seu trabalho, que é: no ano passado, transitaram 8.7 milhões de euros que é aquilo que você se queixava, mas deste ano, ou do ano passado de 2022 para 2023 debaixo do seu governo, esses compromissos plurianuais aumentaram de 8.7 milhões para 14.7 milhões de euros. Isto agora não é um problema? E agora não sai notícias para os jornais? E agora não é uma desgraça? Eu não*



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 29 de 37

percebo, não se percebe qual é que é o critério, e o critério é que se presume que se herdou coisas por pagar, quando na realidade não tem nada a ver uma coisa com a outra. Mas eu preciso ir um bocadinho atrás e vou ser muito rápido a fazer a pergunta, que é: os compromissos plurianuais aumentaram durante o seu mandato de 8,07 milhões de euros para 14,07 milhões de euros. Honestamente, achei estranho, porque não percebo o aumento, eu vejo obras paradas, não tem mais nada, não há mais compromissos: o Pavilhão de São Mamede está parado, a Creche Municipal está parada e na realidade é que este aumento, e olhando para os gráficos, comparativamente em cada uma das rubricas, vê-se que este aumento dos compromissos plurianuais realmente não é, não é nas obras e principalmente, em despesas gerais e nas despesas de ambiente, manutenção e exploração. Por isso, a pergunta que eu faço é muito simples: onde e quais foram os compromissos de 5 milhões de euros a mais que transitam de um ano para o outro? Gostaria que me explicasse! Obrigado. -----

Após agradecer a intervenção do senhor deputado, o senhor **Presidente da Assembleia**, concedeu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que solicitou autorização para que o senhor Vice-Presidente Carlos Monteiro interviesse relativamente a este ponto. -----

O senhor **Vice-Presidente da Câmara**, prestou então as seguintes explicações: “aquilo que explicou sobre o que são compromissos é claramente isso. O compromisso é algo como uma obrigação que se assume perante uma entidade terceira e que pode depois vir a dar origem a uma dívida quando se efetiva a execução, à medida que vai ser executado os contratos. Estamos a falar, portanto, da transição do ano a 31 de dezembro. Os compromissos em dívida eram aqui estes que não deram origem a pagamentos, que não deram origem a processos de liquidação da despesa. 3,89 milhões para 2023, andarà próximo da lógica instituída para o período anterior de 8,76 milhões. Porque é que aumenta 14 Milhões? É simples. Como sabem, nós chegámos a determinado período, terminou contrato para recolha de lixos, recordam-se disso?, terminou o contrato. Na altura entrou-se naquela questão de avaliação da continuidade ou não do contrato de prestação de serviços da SUMA e no momento em que foi visado pelo Tribunal de Contas o contrato de prestação de serviços da SUMA, tivemos que fazer o diferimento dos valores, que deram um acréscimo global por via de um contrato continuado que tinha que ser assumido no processo. Portanto, logo esse efeito nesse contrato teve um brutal valor exponencial relativamente ao período homólogo do ano anterior, porque ele estava em duodécimo só até o seu termo. Como sabem, é muito representativo o contrato da recolha dos lixos, e, nesse sentido, a plurianualidade dessa despesa teve logo um efeito brutal nos valores que são tramitados. Como vê, passa para 2024 e passa para 2025 e anos seguintes, portanto, não há efetivamente um aumento. Se virmos a comparação dos exercícios, não há efetivamente aquele aumento significativo dos contratos. Apenas pela via do duodecimal de um contrato que foi submetido ao Tribunal de Contas, que é na prestação da recolha de resíduos. Mas a visão da obrigação do compromisso é correta.” -----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara**, acrescentando um apontamento, “que este conjunto de valores que são reportados para 2023 e seguintes vão ter efeitos sobre os orçamentos respetivos anos, ou seja, aquela verba vai aparecer como encargo. Não é 0, não se parte do 0, se este encargo já vem de trás, tem que ser assumido a funcionar no Município. É um contrato com duração longa. Portanto, foi o que aconteceu aqui, com o melhor exemplo que há em relação ao ambiente, com os concursos dos resíduos: não pode dispor destes valores que aqui estão apurados, tem um

Handwritten signatures and initials in the top left corner.



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 30 de 37

orçamento de 20 milhões, se lhe aparece aqui 2025 um milhão ou quase 2 milhões, só passa a ter 18 milhões para tramitar. É um compromisso assumido, tem que o transitar de ano para ano em função da validade do período em que foi contratado. -----

O senhor **Vice-Presidente**, no uso da palavra prosseguiu com o seguinte: *"obviamente que esses compromissos plurianuais, só para terem uma ideia, os fundos disponíveis é a folga orçamental existente para assumir novos compromissos a cada momento, transitamos esse período em cerca de 300 e poucos 1000 euros de folga para, portanto, como ele é dinâmico, correto? face à execução ou não de um reajustamento. Ainda hoje, o senhor vereador em Reunião do Executivo, colocava uma questão das modificações orçamentais. Isso tem sempre impacto neste mecanismo e estamos permanentemente a fazer o reajustamento. É visão global para esse impacto, um impacto que se assume, então é significativo e depois em relação à questão dos seis meses, dos gastos com pessoal, nós estamos a fazer programações semestrais no sentido de acolher a despesa, logo cativação do orçamento de uma programação de seis em seis meses que afeta nesse período os fundos disponíveis.* O senhor deputado **Vítor Correia**, no uso da palavra, observou: *"eu tenho que dizer isto: realmente os senhores contradisseram-se um outro um. O senhor Vice-Presidente disse que, por ter estendido os contratos de resíduos, houve aumento; o outro veio com o valor dos compromissos plurianuais. Está-me a dizer que por ter estendido os contratos, ainda vai ficar sem dinheiro para executar. Não vai ficar sem os orçamentos dos próximos anos, porque aumentou o contrato dos resíduos. Isso não faz sentido absolutamente nenhum. Como estava a dizer essa noção de que os compromissos plurianuais têm impacto no orçamento, não é verdade! É exatamente o oposto! O que está orçamentado é para cumprir e para executar e quando se executa e se cumpre, faz um compromisso de adjudicar as obras, de fazer compras, de fazer contratos, para cumprir com o Orçamento, não é o contrário. Quem vota o orçamento é esta Assembleia e quem o propõe? O executivo, não é? Não é, não só os compromissos plurianuais que aumentam. Eu gostaria de algum esclarecimento adicional do senhor Vice-Presidente relativamente aos compromissos, relativamente ao aumento de compromissos relativos ao pessoal."* -----

Retomou a palavra o senhor **Vice-Presidente**, para informar o senhor deputado, pelo suscitado: *"volto a dizer: o compromisso que foi assumido para exercícios seguintes da Suma, resultam do contrato. Portanto, o compromisso é assumido no momento em que se contratualiza e os contratos podem ter que revestir a forma escrita formal ou sobre o próprio CCP que consigna que é um contrato de qualquer realização da despesa. Quando se assume uma adjudicação com uma entidade externa, assume-se um compromisso naquele momento, é o compromisso antes do cabimento; se quando estamos na fase de lançamento de concursos, porque ainda não há compromisso com a entidade específica, o compromisso assume-se claramente como entidade específica e, de facto, naquele momento, ainda a despesa vai ser realizada, correto? Mas já fica cativo no orçamento para os anos seguintes. Se do ponto de vista das despesas com pessoal, a lógica de cativação do exercício anterior transitou de 2019 para 2020. A lógica não foi a lógica da cativação dos seis meses e nós entendemos que devíamos passar por uma lógica cativação de 6 meses, logo com aquela despesa total necessária e suficiente para de alguma forma, no fundo disponível, ficar logo a despesa presa para que nós pudéssemos gerir o valor remanescente. É uma lógica de gestão orçamental mais prudente, digamos assim, mas a lógica de um ano para o outro se avaliar."* -----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 31 de 37

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento**, das declarações referentes aos compromissos plurianuais, pagamentos em atraso existentes e recebimentos em atraso existentes à data de 31/12/2022, nos termos da Deliberação nr.º 2023/054/G.A.V., tomada em reunião de 30 de janeiro de 2023, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, e alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. --

**

Ponto 4

Apreciar e deliberar sobre a aprovação do Mapa – Demonstração de Desempenho Orçamental - Integração do Saldo de Execução Orçamental e a proposta de Revisão Orçamental n.º 1/2023, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º em conjugação com o estatuído nas alíneas c) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. MGD n.º 100 de 08/02/2023

A pedido do senhor Presidente da **Assembleia Municipal**, usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, informando que este ponto se trata da necessidade de integrar no orçamento de 2023, o saldo disponível que resulta a 31 de dezembro e que transita no valor de 2.049.808,95€, tal como indicado no documento que foi distribuído, na proposta de deliberação está evidenciado o mapa com a despesa a que foi afeta estes 2.049.808,95€, porque tem que ser igual à receita, se a receita que transitou, foram 2.049, obviamente, tem que haver um conjunto de afetações e estão aqui explicitadas no anexo à própria deliberação, respetivo ao mesmo montante que do saldo, isto decorre da própria Lei a integração.

Usou da palavra o senhor deputado **Ricardo Vala**, refletindo que, *“nos últimos tempos, temos assistido em Portugal a um fenómeno curioso de críticas das empresas que têm lucros excessivos, quando é legítimo estas terem lucro, só assim podem cumprir a função para a qual foram criadas, mas quando um Município que é de gestão pública tem lucros excessivos já todos acham que sim, isso é normal. As câmaras municipais não serão para gerar lucro. As câmaras municipais servem, de gestão pública, as câmaras municipais são para servir. Este dinheiro é de quem ganha e só depois para ser do Estado. Reduzir impostos não é beneficiar alguém, reduzir impostos é prejudicar menos as pessoas, ponto. Primeiro é das pessoas e de quem trabalhou para o ganhar e quem sabe melhor são as pessoas onde o gastar e não o Estado. As receitas de impostos de 2021 para 2022 cresceram 14,25 por cento, ao passo que taxa de inflação em 2022 foi na ordem dos 7,8%, pelo que, podemos concluir que o Município da Batalha arrecadou o dobro das receitas, tendo em conta a taxa de inflação no orçamento para 2023.*

Espera-se também, um aumento da receita só de IRS superior a 14%. Chamo a atenção que estamos a falar de projeções e não de valores finais que serão muito superiores. Certamente nenhum batalhense viu o seu ordenado subir nesta proporção, pelo que é fácil perceber quem aqui perdeu poder de compra e que vai continuar a perder este ano, vão ser os mesmos a ter que continuar a lutar

[Handwritten signatures and initials]



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 32 de 37

para que o seu ordenado chegue ao fim do mês. Em Portugal, houve 43 Municípios que devolveram a totalidade do IRS retido aos seus munícipes. Pena é que este executivo não tenha optado por este caminho desde que tomamos posse, já aqui propusemos reduzir de 4 para 2% do valor recebido. O município tem ativo IRS cobrado pelo Governo central, mas este executivo considerou que era um valor desprezível para os cidadãos contribuintes. Volto a repetir, senhor Presidente, o dinheiro é primeiro das pessoas e só depois pode ser do Estado e reduzir impostos não é beneficiar alguém. Reduzir impostos é prejudicar menos as pessoas. -----

Em relação a outro ponto, em dezembro de 2022 foram-nos entregues vários documentos relacionados com o orçamento de 2023. Na rubrica estudos, projetos, pareceres e consultadoria o valor apresentado em 2022, era de 70.446€; em 2023, no total do documento fornecido era de 166.777€ e na altura, em reunião do executivo, o valor foi justificada por serem devolvidos nove projetos como o Centro de Saúde, o Pavilhão Desportivo, o Instituto do Vinho. Qual é o nosso espanto quando vemos agora, na revisão do orçamento 2023, que esta rubrica tem um valor quase de 400.000€, valor esse que é quase o valor do dobro de IRS retido no município aos seus munícipes. É evidente que o município terá de justificar perante esta Assembleia a que se destina todo esse dinheiro, que estudos são estes e se já foram realizados. Se sim, quais são os resultados? Nunca é demais repetir senhor Presidente, o dinheiro é primeiro das pessoas, para só depois, ser do Estado, o dinheiro dos contribuintes tem que ser usado para o bem comum e não para outros fins. E é por esse motivo que a Iniciativa Liberal não vê como pode votar a favor deste ponto. Obrigado.” -----

O senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, respondeu ao senhor deputado, que esta é a posição da Iniciativa Liberal, que já se conhece e referiu que efetivamente, o bom seria que se pudesse e, “houvera o dinheiro todo previsto na Lei. Infelizmente, nós precisamos desse dinheiro e, portanto, entendemos que, por questões de justiça, a terem de viver de dedução não leva a nenhum ponto, porque na verdade, só favorece quem ganha mais.” Reforçou que talvez a situação mais injusta é haver devoluções e referiu: “Afinal, parece também que, há aqui um erro de visão naquilo que está a acontecer no país. Se a crise afeta todos, é só às famílias?! Os municípios também estão a ficar numa situação complicada.” -----

Após esclarecimentos prestados pelo senhor presidente relativamente à aprovação do Mapa de Demonstração de Desempenho Orçamental - Integração do Saldo de Execução Orçamental e a proposta de revisão orçamental n.º 1/2023, previamente aprovados em reunião de executivo municipal de 13 de fevereiro de 2023, sob a deliberação n.º 2023/078/G.A.V., foi o ponto posto a discussão da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º em conjugação com o estatuído nas alíneas c) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

(...)

Findo o período de discussão, foi o ponto posto a votação da Assembleia Municipal, tendo sido deliberado, por maioria, com 15 (quinze) votos a favor, 2 (dois) votos contra e 8 (oito) abstenções aprovar o Mapa – Demonstração de Desempenho Orçamental - Integração do Saldo de Execução Orçamental, assim como os documentos que constituem a Revisão Orçamental n.º 01/2023, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º em conjugação com o estatuído nas alíneas

c) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

Votaram contra os senhores deputados municipais Ricardo Vala, da Iniciativa Liberal e José Armindo de Matos, do CDS/PP. -----

Abstiveram-se os senhores deputados municipais Alfredo Matos, Hugo Vicente, Nuno Santos, Vítor Correia, Frederico Alfaro, Carlos Santos, Elodie Zeferino e Marco Vieira do PPD/PSD. -----

A Assembleia Municipal, usando da faculdade que lhe confere o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 75.º do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para que possa ter execução imediata. -----

**

-----Ponto 5-----

Apreciar e deliberar sobre a Revisão nº 1 /2023 do mapa de Pessoal nos termos do disposto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro em conjugação com o disposto na alínea o) do nº 1 do artigo 25º do citado diploma na sua redação atual-----

MGD n.º 103, de 08/02/2023 -----

A pedido do senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, informando que esta revisão ao mapa de Pessoal, resulta da integração, por decisão do tribunal, de três técnicos superiores da área de desporto, de dois outros técnicos também para integrar nas piscinas, porque tem que ocupar as vagas daqueles que não aceitam voltar ao serviço e de um técnico superior, para a Divisão de Ordenamento do Território, para desenvolvimento de projetos na área da arquitetura, *“uma situação que, enfim, a partir de agora, começa a ter uma enorme preocupação com as medidas que se preveem no âmbito do “Mais Habitação”, onde efetivamente tem que haver maior celeridade na apreciação dos projetos, sob pena de ver, enfim, algumas coisas desagradáveis, desde já, não sei como é que as grandes câmaras vão resolver porque tem milhares de processos em atraso. Nós ainda temos umas centenas largas de processos em atraso, vamos aguardar, de qualquer maneira o que está aqui em causa, trata-se dos seis técnicos que levam à alteração, no mapa de pessoal.”* -----

Discussão e deliberação sobre a proposta de revisão do Mapa de Pessoal n.º 1/2023. -----

Após prévio esclarecimento prestado pelo senhor Presidente da Câmara, da necessidade e dos objetivos que se pretendem alcançar com esta proposta de revisão ao Mapa de Pessoal para o ano de 2023 – Revisão n.º 1/2023, previamente aprovada pelo Executivo Municipal em reunião de 13 de fevereiro de 2023, através da deliberação n.º 2023/079/G.A.V., foi o ponto posto a discussão da Assembleia Municipal.

(...)

Findo o período de discussão, foi o ponto posto à votação da Assembleia Municipal, **tendo sido deliberado, por maioria, com 15 (quinze) votos a favor, 1 (um) voto contra e 9 (nove) abstenções, aprovar a proposta de Revisão do Mapa de Pessoal n.º 01/2023, nos termos do disposto na alínea o) do nº 1 do artigo 25º e alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, de acordo com os considerandos enunciados na deliberação n.º 2023/079/G.A.V..** -----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 34 de 37

Votou contra o senhor deputado José Armindo de Matos, do CDS/PP. -----
Abstiveram-se os senhores deputados municipais Alfredo Matos, Hugo Vicente, Nuno Santos, Vítor Correia, Frederico Alfaro, Carlos Santos, Elodie Zeferino e Marco Vieira do PPD/PSD e o senhor deputado Ricardo Vala, da Iniciativa Liberal. -----

A Assembleia Municipal, usando da faculdade que lhe confere o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/ 2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 75.º do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para que possa ter execução imediata. -----

----- ** -----

----- Ponto 6 -----

Apreciar e deliberar sobre a proposta do Código de Conduta do Município da Batalha, nos termos do disposto nas alíneas k) e ccc) do nº 1 do artigo 33º, e alínea g) do nº 1 do artigo 25º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, uma vez que a presente proposta pretende revogar e substituir o instrumento aprovado por aquele órgão deliberativo na sua sessão de 20/02/2020. -----

MGD n.º 105, de 08/02/2023 -----

A pedido do senhor Presidente da **Assembleia Municipal**, usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, informando que tem havido um conjunto de legislação afeta à postura dos agentes da Função pública, que envolve vários diplomas, isto leva a obrigatoriedade de se criar um código de conduta transversal a todos os funcionários do município e do executivo. Decorre da Lei e todo o tipo de diferenças que aqui haja, terá outro tipo de tratamento que não passa por nós. -----

Discussão e deliberação sobre a proposta do Código de Conduta do Município da Batalha, nos termos do disposto nas alíneas k) e ccc) do nº 1 do artigo 33º, e alínea g) do nº 1 do artigo 25º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, uma vez que a presente proposta pretende revogar e substituir o instrumento aprovado por aquele órgão deliberativo na sua sessão de 20/02/2020. -----

Após apresentação do documento em apreço, e atento aos fundamentos enunciados na Deliberação n.º 2023/081/G.A.P., tomada na reunião do Executivo Municipal de 13 de fevereiro de 2023, foi o ponto posto a discussão. -----

(...)

Findo o período de esclarecimentos, foi o mesmo posto a votação da Assembleia Municipal, tendo sido **deliberado, por maioria, com 24 (vinte e quatro) votos a favor, 1 (um) voto contra, aprovar a proposta do Código de Conduta do Município da Batalha, nos termos do disposto nas alíneas k) e ccc) do nº 1 do artigo 33º, e alínea g) do nº 1 do artigo 25º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, revogando desta forma o código de conduta aprovado por este órgão deliberativo na sua sessão de 20/02/2020.** -----

Votou contra o senhor deputado municipal José Armindo de Matos do CDS/PP. -----

A Assembleia Municipal, usando da faculdade que lhe confere o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/ 2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 75.º do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para que possa ter execução imediata. -----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 35 de 37

-----Ponto 7-----

Apreciar e deliberar sobre a afetação para o domínio público municipal da área de 93,55m², necessária ao prolongamento da Rua dos Casais de Baixo, sito no lugar de Garruchas, Freguesia do Reguengo do Fetal, nos termos do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em articulação com o estatuído no artigo 16.º do Regime Jurídico do Património Imobiliário Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, ambos os diplomas legais na sua redação vigente.

Processo n.º 23/2022/1 – Requerimento n.º 4702/2022

A pedido do senhor Presidente da Assembleia Municipal, usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, informando que este ponto se trata da cedência de terreno para o caminho já existente e, portanto, para entrar no domínio público, o terreno a ceder é de 42,85 m² e o total desse domínio público passa a ser 93,55m². Com esta operação, já podemos atribuir placas de toponímia e numeração àquela via nos termos do Regulamento Municipal vigente.

Após prévio esclarecimento prestado pelo senhor presidente da Câmara, relativamente à necessidade de a afetação para o domínio público municipal da área de 93,55m², necessária ao prolongamento da Rua dos Casais de Baixo, sito no lugar de Garruchas, Freguesia do Reguengo do Fetal, atento aos fundamentos constantes na Deliberação de Câmara n.º 2023/015/S.I.G. tomada em reunião do Executivo Municipal de 16 de janeiro de 2023, foi o ponto posto a votação da Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal **deliberou, por unanimidade, aprovar a afetação para o domínio público municipal da área de 93,55m², necessária ao prolongamento da Rua dos Casais de Baixo, sito no lugar de Garruchas, Freguesia do Reguengo do Fetal, nos termos do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em articulação com o estatuído no artigo 16.º do Regime Jurídico do Património Imobiliário Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, ambos os diplomas legais na sua redação vigente.**

A Assembleia Municipal, usando da faculdade que lhe confere o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 75.º do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para que possa ter execução imediata.

-----Ponto 8-----

Apreciar e deliberar sobre a prorrogação de prazo, até 3 de abril de 2023, para a concretização das competências no domínio da Ação Social, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (na redação vigente), em articulação com o estatuído no Decreto-Lei n.º 87-B/2022, de 29 de dezembro-----
MGD n.º 110, de 10/02/2023

A pedido do senhor Presidente da Assembleia Municipal, usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, informando que já nesta Assembleia se tinha deliberado no sentido de não aceitar as competências que estavam previstas primeiro para final do ano e depois para fevereiro. Informou ter



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 36 de 37

saído, entretanto saiu um Decreto-Lei que obriga finalmente todas as autarquias que não aceitaram até agora as novas competências no domínio social, a fazê-lo, para entrar em vigor em 3 de abril. -----
Usou da palavra o senhor deputado **Eduardo Veiga**, transmitindo que *“não sendo diretamente relacionada com este ponto em específico, mas sendo do âmbito da Ação Social do Município, achamos necessário alertar para o problema da construção do novo Lar residencial da CERCILEI em Leiria, cujas valências abrange o Município de Leiria, mas também a Batalha e Porto de Mós, problema esse que foi o aumento exponencial e extraordinário dos custos que está a inviabilizar a construção da obra, sugerimos que o Município da Batalha seja parte ativa, na resolução deste problema e mantenha informadas as pessoas dos municípios.”* -----
Retomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** referindo já ter reunido com a Direção da CERCILEI, a qual tem uma candidatura aprovada, tem terreno para construir e que implica algum trabalho e verbas adicionais. -----

Após esclarecimentos prestados pelo senhor presidente da Câmara acerca da necessidade de prorrogar o prazo para a transferência das competências no domínio da ação social e previstas no Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, tendo por base os fundamentos enunciados na deliberação n.º 2023/084/G.A.P. aprovada em reunião de executivo municipal de 13 de fevereiro de 2023, foi o ponto posto a discussão da Assembleia Municipal, nos termos da prerrogativa enunciada no Decreto-Lei n.º 87-B/2022, de 29 de dezembro. -----

(...)

Findo o período de discussão, foi o ponto posto a votação da Assembleia Municipal, **tendo sido deliberado, por maioria, com 24 (vinte e quatro) votos a favor e 1 (uma) abstenção, aprovar a prorrogação do prazo, até 3 de abril de 2023, para a concretização das competências no domínio da Ação Social, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (na redação vigente), em articulação com o estatuído no Decreto-Lei n.º 87-B/2022, de 29 de dezembro, devendo a mesma ser comunicada à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL).** -----

Absteve-se o senhor deputado municipal José Armindo de Matos do CDS/PP. -----

A Assembleia Municipal, usando da faculdade que lhe confere o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 75.º do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para que possa ter execução imediata. -----

**

Antes de terminar esta sessão o senhor **Presidente da Assembleia** colocou à votação dos senhores deputados Municipais a aprovação das deliberações em minuta, para que as mesmas possam ter execução imediata, tendo a Assembleia deliberado por unanimidade aprovar as mesmas. -----

De seguida, agradeceu em nome da Mesa a participação de todos, nesta Assembleia, bem como à participação do público, que tem sido recorrente, e que evidencia também essa dinâmica da democracia local que é possível constatar nesta Assembleia. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

Eram vinte e três horas e vinte minutos, e por não haver mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata, que depois de



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 37 de 37

lida e aprovada será assinada pelos membros da Mesa presentes e por mim, Maria Lúcia Mendes de Oliveira Moraes, Técnica Superior, que a redigi e subscrevo. -----

Batalha 27-02-2023 -----

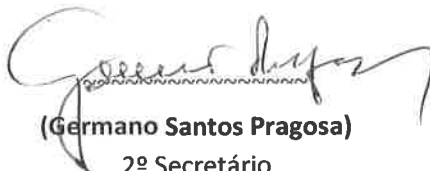
OS MEMBROS DA MESA:



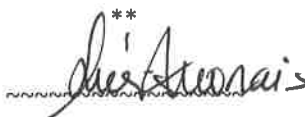
(Joaquim José Pereira Ruivo)
Presidente



(Elsa Maria Martins Libânio)
1º Secretário



(Germano Santos Pragosa)
2º Secretário



(Maria Lúcia Mendes de Oliveira Moraes)
Técnica Superior